

Sala e
Est. 2
Tab. 6e
N.º 17

m. 6

1/2

PELA PATRIA!

CHRISTOVAM AYRES

1917

PELA PATRIA!

A CONQUISTA
DE PORTUGAL

- 6 -



LISBOA

TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

1902

RC
MNCST

94

AIR

CHRISTIAN ALLES

P. B. PATRIAL

A. G. G. G. G.

REPORT

AO DOUTOR

D. Antonio Sanchez Moguel,

O amigo dos Portuguezes,

Dedica e consagra

Christovam Ayres.

Parede, 6 de setembro de 1901.

Meu querido Moguel

A ti, que me conheces, que sabes quanto do coração sou devotado á Hespanha, e que, melhor do que ninguem, tiveste occasião de inquirir e perscrutar, com relação á Hespanha, os sentimentos dos portuguezes, melindrosos em tudo que respeita á sua autonomia e independencia, mas carinhosos em tudo o mais; a ti, que tanto tens concorrido para se estreitarem as relações entre os dois povos peninsulares, no campo do pensamento e dos sentimentos, como sendo esse o primeiro passo no caminho de futuras approximações, firmadas na base do mutuo affecto e da mutua estima; a ti, que sabes quanto n'esse sentido tem sido tambem o meu esforço e a minha propaganda; a ti, que, de uma das mais altas tribunas do teu paiz, fizeste a melhor apologia do Portugal independente e amigo da Hespanha, nas nobres palavras que servem de epigraphe e de argumento a este meu trabalho, e que representam para nós os portuguezes uma consoladora compensação a quanto de injusto e desamoravel se costuma dizer e publicar ás vezes a nosso respeito entre os chauvinistas patriotas da tua terra; a ti dedico e consagro este livro, nascido de uma despretençiosa polemica jornalística, que não teve outro intuito senão apurar a verdade das doutrinas e dos factos, e arredar de vez do campo das discussões d'esta natureza argumentos que, além de insubsistentes, se tornaram sedições.

Fica assim collocado este trabalho sob a tua égide amiga, para quando no teu paiz o atacarem, por lhe não comprehenderem os intuitos e o alcance, o defenderes com a tua boa doutrina e com o teu bom affecto por mim, de que tenho recebido tantas provas captivantes.

E assim continuaremos os dois a trabalhar para a approximação dos dois povos da Peninsula, para a sua confraternisação pelos sentimentos affectivos e pela cultura das idéas; fazendo-se, porém, primeiramente, como é indispensavel, taboa rasa sobre todos os castellos phantasticos de absorpções e conquistas, e sobre todas as doutrinas de sobreposse que querem identificar dois povos tão accentuadamente distinctos, empregando para isso processos que só servem para os separar.

O caminho é outro.

Abraça-te com affecto o

*Teu do coração
admirador e amigo gratissimo*

Christovam Ayres

Portugal no es un territorio más ó menos pequeño de la Península; es una Monarquía secular que simboliza su independencia; es una historia grande y gloriosa como la castellana ó la aragonesa; es un pueblo al que, por ser carne de nuestra carne y hueso de nuestros huesos, no podemos considerar inferior en ningún sentido; és, para decirlo de una vez, una nación como Bélgica ú Holanda, con el mas justo y concluyente de todos los títulos de vida: que es livre y quiere serlo.

(Dr. Sánchez Moguel. *Discurso na Real Academia de Historia de Madrid, de 28 de maio de 1899.*)

PELA PATRIA!

A conquista de Portugal

Como era natural, produziu desagradavel impressão em Portugal, sobretudo no mundo militar, a fórma por que na *Revista Tecnica de Infanteria y Caballeria*, de Madrid, justifica o coronel D. Modesto Navarro o seu estudo estrategico da fronteira hispano-portugueza, encetado no numero de 1 de julho ultimo.¹ Se esse estudo fosse feito sob o ponto de vista puramente technico e militar, sem as razões de ordem politica em que é fundamentado, nada haveria a dizer; e eu, que assumptos d'esta natureza tenho versado e professado, e conti-

¹ *Revista Tecnica de Infanteria y Caballeria*. (Segunda Epoca.)
Tomo II. Numero I.

núo professando, até por dever de cargo, muito menos do que ninguem podia fazer qualquer reparo.

Os officiaes hespanhoes estão no pleno direito, como os officiaes portuguezes, de proceder aos estudos necessarios da organização offensiva e defensiva do seu paiz; mas o que não podem fazer é atacar a nossa autonomia, sem que o nosso justo melindre se susceptibilise, e sem que, na legitima defeza, lhes respondamos, com os principios e os factos, no mesmo pé e pela mesma fórma por que somos aggravados.

Não posso ser suspeito de hostilidade a Hespanha, onde conto amigos no professorado, nas letras, no exercito; á qual tenho sempre mostrado a minha sympathia e affecto; da qual tenho recebido as mais captivantes provas de consideração; e a cujo lado estive sempre, na imprensa e em toda a parte, em todas as questões que mais particularmente a ferem e interessam.

Não ha muito, na questão de Gibraltar, levantada na Inglaterra e discutida na imprensa europea, foi ao lado dos amigos da Hespanha que me enfileirei. Para ella me chama o coração.

Tudo isso é razão de sobra para me dar auctoridade a dizer, sem o menor espirito de acrimonia, mas por um principio de verdade e de justiça, que são uma grave ingratição para com Portugal essas propagandas levantadas no sentido da absorpção da nossa nacionalidade, seja por que fórma fôr, «entrando na politica nacional hespanhola, por um modo claro e aberto, sem ambages nem rodeios, a constituição voluntaria ou forçada, conforme seja necessario e as circumstancias o indicarem, da total nacionalidade iberica, de modo que Hespanha forme um só Estado, e não dois como agora acontece». Estes dizeres são injustos e rudes.

Para mim não é surpresa o que D. Modesto Navarro diz com mais franqueza do que os outros, pondo tão atertamente a questão; nem mesmo sob o ponto de vista estrictamente hespanhol é isso coisa que espante ninguem.

A Hespanha nunca se resignou a não vêr arredondada a sua monarchia com mais esta faixa occidental da peninsula, como se não resigna, e n'este particular com razão, á perda de Gibraltar, que lhe foi usurpado. A propaganda iberica é feita por to-

das as fórmãs; e agora, depois de diminuida nos seus dominios coloniaes, ha em Hespanha quem pretenda buscar compensações com a usurpação do alheio, por outrem legitimamente adquirido e mantido, á custa de todos os sacrificios.

O grande poeta hespanhol e meu amigo, o sr. Nuñez d'Arce, resume n'esta estrophe o pensamento e a aspiração do seu paiz, em relação a Portugal:

E juntos alzarán, cuando Dios quiera
poner fin a su mutua desventura,
una patria, una ley y una bandera.¹

Mas são meras aspirações phantasiosas, que a força e a logica dos factos e a razão e o direito contrariam; porque Portugal nunca á força, e muito menos voluntariamente, se deixará absorver; e mesmo que a fatalidade um dia a isso o conduzisse, por todas as fórmãs procuraria recuperar a sua independencia, e o conseguiria.

¹ Gaspar Nuñez d'Arce. *Elegia á la memoria del insigne historiador y poeta portuguez Alejandro Herculano.*

A Hespanha, dominada ainda pelo seu secular espirito de intransigencia, não comprehende que, na concorrência das nações, só vencem e dominam as mais fortes, isto é, as mais *aptas*, aquellas cujo organismo contém maior somma de forças moraes e materiaes. A superioridade das nações está hoje principalmente no seu conteúdo moral e de cultura. Já lá vae a epocha em que a guerra approximava os povos. Em todos os tempos os estados, pequenos ou grandes, quando unicamente creados pela força, foram ephemerous; dão d'isso cabal exemplo os imperios de Alexandre na antiguidade e de Philippe II e Napoleão I nos tempos modernos.

A Hespanha não comprehendeu ainda bem que não se absorve assim, com essa facilidade que julga, um paiz que tem, como nenhum outro, direito á autonomia e á independência, mantida e sustentada atravez de tudo, e que, apesar de não ter, realmente, encontrado sempre grande tino nos seus governantes para aproveitar as boas condições e a indole excellente da nação, não consentirá jámais em ser dominado por um povo que não tem mostrado possuir melhor criterio do que elle, minado

como está por grandes defeitos de origem, agitado por questões internas que não tem sabido resolver nem conjurar, e que se encontra dia a dia mais enfraquecido e depauperado, como organismo que se deixa assoberbar pelos males fundos que de ha muito a enfermam. De ha muito sim! desde que o balão luminoso, irizado, imponente por fóra, mas vazio por dentro, que se chamou o imperio de Filippe II, rebentou no espaço, com um estrondo precursor de grandes desventuras, em que, por desgraça, tambem Portugal teve dura partilha.

Nas causas que intimamente o agitam e o trazem em constante sobresalto, causas que não enumeraremos, mas que em toda a Hespanha se puzeram bem patentes nas discussões resultantes dos desastres da guerra com os Estados Unidos, tem o vizinho reino muito que ponderar e muito que remediar, antes de se embair com absorpções ou conquistas. É o que pensam os homens sensatos n'aquelle paiz, onde, felizmente, nem todos lêem pela cartilha de D. Modesto Navarro.

Hoje a razão principal por que os dois povos da peninsula se acham ainda em antagonismo, se

assim se pode bem chamar ao sentimento que os separa, não está nos antigos odios, que de todo desapareceram já. O velho proloquio popular «de Hespanha nem vento nem casamento» só pode ter hoje razão de ser em Traz-os-Montes, quanto ao vento, porque o da Sanabria é realmente inhospito e cortante como as propagandas de D. Modesto; e em nenhuma parte a tem com relação ao casamento, porque consorcios ibericos, de toda a especie, são innumerados em Portugal.

Existem apenas incompatibilidades organicas, entre duas individualidades que pensam e sentem por fórma diversissima em materia de religião, de administração, de politica, e até no que respeita ás letras, ás sciencias e ás artes. Espiritualmente, Portugal está muito mais perto da França do que da Hespanha, comquanto effectivamente não possa haver approximação politica com os francezes, de quem não temos recebido senão provas de desaffecto. A unica razão que a Hespanha pode apresentar para a absorpção de Portugal é uma razão inacceptavel: a da sua conveniencia! Faltam-lhe todas as mais, a começar pela justiça!

Nem a historia, que accentuou perfeitamente a nossa individualidade, sobretudo depois das nossas conquistas no ultramar; nem a civilisação, que não é em Hespanha superior á de Portugal; nem o progresso das nossas colonias, que, embora atrasadas, passariam nas mãos dos hespanhoes ao regimen dos frades e dos nossos antigos capitães-móres; nem, tão pouco, para o proprio engrandecimento e bem estar da Hespanha, que em Portugal encontraria uma nova Catalunha, em condições de resistencia e de revolta permanente, talvez superiores; nada e ninguem lucrava com essa phantasia da «total nacionalidade iberica», phrase sonora, porém ôca de sentido!

*

*

*

As razões em que o coronel D. Modesto Navarro assenta a sua theoria da necessidade da absorpção de Portugal pela Hespanha são insubsistentes; vou proval-o, aproveitando ao mesmo tempo o ensejo para publicar na integra as opiniões d'esse illustre

official hespanhol, na parte que directamente nos diz respeito:

«Existe ao occidente da Peninsula iberica, diz D. Modesto Navarro, um povo, Portugal, que devendo estar intimamente ligado connosco pelos vinculos de raça, por uma commum historia, por uma longa serie de communs tradições gloriosas, pela affinidade de religião, leis, costumes e litteratura, e pela solidariedade geographica determinada pela Natureza, a qual faz que as nossas cordilheiras e os nossos principaes rios se prolonguem, sem solução de continuidade, em territorio portuguez, e que o seu clima e o nosso clima, as suas produções e as nossas, o character dos seus habitantes e o nosso character sejam unos na essencia, está, apesar d'isso, tão afastado politica e moralmente de Hespanha, como o podia estar a Dinamarca, quasi, sem que nada tenha bastado nem baste para apagar o afastamento, a desaffeição, a desconfiança, e até a antipathia, se não o odio, que sente pela Hespanha, e que desde longo tempo o impelliu, contra toda a logica e commum convenien-

cia e interesse, a pôr-se sob a salvaguarda da Inglaterra, de quem em diversas occasiões recebeu calor, apoio e auxilios, para nos guerrear.»

N'este pequeno trecho quantas inexactidões, quantos erros de apreciação e de historia!

Na raça portugueza, que é a fusão de muitas raças, não predominam os mesmos elementos que na raça hespanhola; a nossa historia não é commum á Hespanha, antes em muitos pontos antagonica; nas tradições nacionaes dos dois povos não existe essa supposta communidade, senão até certa data, porque antes da Hespanha ser Hespanha, pela união politica dos antigos reinos peninsulares, Portugal já era Portugal, na integridade absoluta do seu territorio e da sua acção; nem a fórma de interpretar e praticar a religião, nem o character das leis, nem o espirito da litteratura são os mesmos; nem existe essa solidariedade geographica nas duas regiões, muito mais distinctas que outras onde imperam estados distinctos, antes pelo contrario se mostra (como o faz o general Arteche e o confirmam Arroquia e Roldan y Vizcaino) que

na natureza das nossas fronteiras está uma das fortes razões de ser da nacionalidade portugueza; nem o character dos dois povos se parece, antes se distingue em tudo e por tudo; nem hoje em Portugal ha antipathia nem odio pela Hespanha, nem foi, tão pouco, esse odio que levou Portugal a approximar-se da Inglaterra. Quem nos impelliu para a alliança com essa nação, hontem e hoje, n'uma ligação cujas vantagens ou inconvenientes não discuto agora, isto é, quem determinou essa nossa aproximação politica com aquelle paiz, desde el-rei D. Fernando e D. João I, foram as ambições insoffridas de Castella, e depois que existe Hespanha, como unidade politica, foi a aleivosia de um seu governo, ligando-se com Napoleão I no tratado de Fontainebleau, para disporem de Portugal como de roupa de francezes, e outros factos muito recentes, que não quero recordar, mas que deram em resultado declarações solemnes no parlamento inglez e a renovação de antigos tratados.

É tempo de dizermos que esses logares comuns das razões porque Portugal ha de forçosamente ser hespanhol não só peccam scientifica e

historicamente, mas são já tão sediças que é necessario buscar outros argumentos, se os ha. Nem a continuidade dos rios e das montanhas, nem as anti-scientificas theorias da identidade da raça e da linguagem, nem a phantasiada communitade de costumes e de indole, nada d'isso é hoje accetivel, no grau adiantado em que se encontram os conhecimentos geographicos, ethnicos, linguisticos e historicos. Adiante desfiaremos este assumpto.

*

* *

Continuemos ouvindo o illustre coronel hespanhol:

«Sómente na politica de Portugal, diz D. Modesto Navarro, não ha de entrar, assim o supposmos, nenhuma idéa de aggressão á Hespanha; em primeiro logar porque não dispõe para isso de meios sufficientes, a não ser que descessemos ao ultimo gráo de prostração e abandono, e por outro lado a historia patenteia que taes aggressões, quando se tem realisado, foram assaz limitadas e

parciaes, sem passar da zona da fronteira, isto é, sem a pretensão de chegar ao coração, á medula da nossa nacionalidade, reduzindo-se a actuar sobre a superficie, sobre a epiderme, por assim dizer.»

Não entrarei na apreciação do asserto, que me parece muito arrojado, de que Portugal n'uma guerra com a Hespanha nunca poderia passar de operações limitadas e parciaes nas fronteiras, comquanto realmente a constituição geographica de Portugal seja mais adequada á deffensiva que á offensiva. A historia não auctorisa aquella affirmativa; porque, além da inhabil invasão de Afonso V, que se enleiou em volta de Zamora, nunca Portugal tentou invasões em Hespanha, nem no tempo do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, nem no do marquez de Marialva e do conde de Villa Flôr, limitando-se a pequenas hostilidades nas fronteiras, como repercussão natural das operações sustentadas dentro do paiz; mas, de que em occasião opportuna, e devidamente preparada a invasão, esta se podia converter n'um facto, temos um exemplo na histo-

ria, e o admittem os proprios auctores militares hespanhoes, como, por exemplo, Montijano¹ e Vizcaino,² que teem estudado as hypotheses de invasões de Portugal para Hespanha. É claro que estes estudos não seriam feitos e até professados em escolas militares hespanholas se tratassem de coisas irrealisaveis; seria uma inutilidade!

Dizia Philippe II, quando foi da invasão de Portugal, que «herdara, comprara, e, por causa das duvidas, conquistara Portugal». Ora porque a falta de successão, o estonteamento e desanimo do paiz depois do desastre de Alcacer-Quibir, e o dinheiro hespanhol tornaram, durante 7 seculos, unicamente possivel uma vez, ao Duque d'Alba, a conquista de Portugal pela Hespanha (o que nem o conde de Trastamara, nem D. João I de Castella, nem Luis Lopez de Haro, nem D. João d'Austria, nem

¹ *Geografia Militar de la Peninsula Iberica*, pelo professor da Academia General Militar, capitão D. Manuel M. Castaños y Montijano.—Parte II, Liv. I, cap. v e vi.

² *Estudio Estrategico de la Peninsula Iberica desde el punto de vista del Ingeniero*, pelo coronel D. Francisco Roldan y Vizcaino, cap. viii.

Caracena, antes e depois, haviam conseguido), ser-nos-ia licito dizer, baseado na historia, que era quasi impossivel á Hespanha conquistar Portugal? As occasiões, as circumstancias, os homens e os elementos de que se dispõe é que tornam possiveis ou impossiveis os acontecimentos.

Faz D. Modesto Navarro justiça a Portugal quando assevera que da nossa parte não ha, não pode haver, o menor proposito de aggressão; não passa isso pelo espirito de ninguem. Não é, porém, pela escassez de recursos militares, mas pela sympathia e lealdade que nos prendem ao reino vizinho. Se Portugal tivesse a veleidade de imaginar que podia bater-se numericamente com a Hespanha, de certo o não faria isoladamente; mas Portugal, na sua modestia honrada, tem nitida a consciencia do papel que lhe pertence, e para com a Hespanha só nutre sentimentos de bem querer e sympathia; e até poderia talvez prescindir de alianças se pudesse contar com eguaes sentimentos da parte dos hespanhoes.

Infelizmente, porém, assim não succede; e parece que esses sentimentos seriam ainda peores,

se pudesse ser opinião da Hespanha, que, Deus louvado, não é! a opinião de D. Modesto Navarro, o qual diz bem claramente o seguinte :

«Na politica hespanhola já não succede o mesmo. Perdido o nosso dominio colonial, concentrados hoje por tal motivo, em nós mesmos, na nossa velha casa solarenga, se é bem que por agora não pensemos senão em nos reconstituirmos e em cicatrizar a tremenda amputação soffrida, não será mau que, ao par d'isso, vamos tambem olhando para o dia de amanhã, e que pensemos no futuro. N'esse futuro, *na nossa politica nacional de amanhã, entendo que deve entrar por um modo franco e decisivo, sem ambages nem rodeios, sem requebros nem cerimoniaes, a constituição, voluntaria ou forçada, segundo seja necessario e as circumstancias o indiquem, da total nacionalidade iberica, de modo que Hespanha e Portugal formem um só Estado, e não dois, como agora acontece.*»

Já respondemos a este ponto: nem a propria Hespanha lucrava com a absorpção de Portugal,

nem é facil absorver um povo que tem um logar tão marcado na historia da humanidade; e as difficuldades com que a Hespanha lucha são mais que sufficiente razão para a não levar a pensar em novas aventuras e reconhecer que é legitima a repugnancia de qualquer povo em se embarcar com ella n'essa galera de sonhos loucos!

Porque D. Modesto Navarro até já pretende que a Hespanha represente o papel da Prussia, como nucleo da nacionalidade iberica!

«Valioso exemplo a seguir, diz elle, e no qual para este fim nos inspirariamos, offerece-nos a Prussia, que, destroçada e humilhada completamente nos principios d'este seculo depois de Iena e Tilsit, só pensou desde então em se refazer dos seus desastres, primeiramente, e em realizar, depois, a grande e vivificante aspiração de reunir em um vasto solo e vigoroso Estado os diversos Estados em que estava fraccionado o povo allemão. Para esta finalidade, convém dizel-o, não deixou de se proceder por todos os meios attractivos e pacificos, unificando interesses e conveniencias

parciaes, relacionando e mancommunando, quanto possivel, os differentes estados germanicos, e houve finalmente necessidade de recorrer á guerra, á força, á violencia, para reduzir os particularismos, prevenções e preconceitos tradicionaes, que se oppunham á completa reunião d'aquelles no estado que é hoje o predominante Imperio da Allemanha.»

Sentimos dizer ao coronel D. Modesto que este parallelo entre a Prussia, um pequeno estado que fez a unidade germanica, e a Hespanha que não logra manter a sua unidade nacional, pecca por um errado criterio historico. Não se comparam duas coisas incomparaveis. A Prussia de Frederico II, que bem mereceu á historia o cognome de *Grande*, pelo seu genio militar, organisador e politico, já no seculo xviii deixara iniciada a liga dos principes allemães, sob o ponto de vista de um superior interesse commum. Para approximar e unificar os povos germanicos, quer no antigo imperio, quer na *Confederação do Rheno* desde 1806, quer na *Confederação Germanica* desde 1816, quer no actual imperio federal desde 1870, existe desde as

origens um alto principio superior, uma solidariedade moral e affectiva que já os constituia n'uma grande nação antes de os integrar n'um poderoso Estado.

A Prussia, pela hegemonia de facto que exercia sobre os demais estados germanicos, estava naturalmente indicada para passar a exercel-a de direito.

Querer comparar esta genese, tão natural e tão logica, de um forte e grande Estado em volta de um pequeno mas poderoso centro de attracção secular, que se impoz pelo prestigio das armas, do trabalho e da cultura, com a sonhada união violenta ou voluntaria de dois povos antagonicos, como são Portugal e Hespanha, que, longe de se attrahirem, infelizmente e sem razão se repellem, e um dos quaes jámais se sujeitaria ao jugo do outro, é falsear a historia e falsear o raciocinio!

Terei adiante occasião de desenvolver este ponto.

*

* * *

O proprio coronel D. Modesto Navarro não acredita na possibilidade da approximação dos dois povos peninsulares por outra fórma que não seja o emprego da força e da violencia:

«Deixar á exclusiva e lenta acção do tempo, diz elle, a reconstituição nacional iberica; suppôr que esse ideal, tão razoavel como é, ha de ser realisavel, cedo ou tarde, por meios suaves e attractivos, isto é, mediante uma maior e mais intima communição de idéas e sentimentos, e de mais amplas e bem tratadas relações de todo o genero, mercântis, industriaes, aduaneiras, postaes, litterarias, juridicas, moraes, etc., quando alli, em Portugal, ha supremos interesses tradicionaes em contrario, constituidos no interior pela dynastia de Bragança e no exterior pela secular influencia ingleza, naturalmente refractaria a taes tendencias e fins, é pecar por demasiadamente ingenuos e optimistas.»

Este trecho está em contradição com o anterior, em que se pretende que a Hespanha empregue para a absorpção de Portugal os mesmos processos que a Prussia empregou para realisar a união da raça germanica; porque D. Modesto, que é o primeiro a confessar que a Prussia, para chegar a esse fim, não deixou de empregar todos os meios de attracção e pacíficos, conciliando interesses e conveniencias parciaes, relacionando e approximando quanto possivel os differentes estados, conclue por achar ingenuos os que julgam fazer alguma coisa persuadindo e attrahindo! Mas, se não está em contradição, é então porque reconhece que as condições de Portugal com respeito á Hespanha são totalmente differentes das que se davam entre os estados germanicos, sendo por isso necessario empregar a nosso respeito unicamente a força e a violencia!

Errado e lamentavel criterio!

Melhor pensam os que em Hespanha entendem que pela aproximação affectiva das duas nações, pelo conhecimento mutuo das suas litteraturas, das suas artes, da sua historia, pelo estreitamento con-

stante das relações, se poderá conseguir alguma coisa mais do que pelas ameaças e pelo pavor. Quem tem destruído a confiança que se podia e devia crear entre os dois povos, fomentando o receio e a prevenção, são os militares como D. Modesto Navarro, publicistas como Sinibaldo de Mas, jornaes como o *Imparcial* de Madrid, etc. Não é a dynastia de Bragança, porque essa até podia servir de ponto de união, e os proprios hespanhoes já a teem solicitado como bandeira da fusão das duas nações; nem é a Inglaterra, que é nossa alliada por culpa da Hespanha, como podia ter sido a Allemanha, conforme o sonho cômico de um nosso mallogrado estadista, tão sincero nos seus ideaes, como ingenuo no conhecimento dos homens e das nações; ou como podia ser a França, como já outro estadista buscou, se não fossem os constantes favores e mimos por nós d'ella recebidos, desde a mancommunicação com a Hespanha para a partilha de Portugal, até aos pasquins injuriosos nas ruas de Paris e as offensas ao nosso brio nacional; como podia ser, finalmente, a propria Hespanha, apesar de Aljubarrota e de Touro,

de Montes Claros e de Olivença, se não fossem essas propagandas desgraçadas, como a que hoje levanta o nome auctorizado de um illustre official hespanhol, em publicação de character militar.

Para corroborar a sua opinião do emprego da força para a absorpção de Portugal, diz o coronel D. Modesto Navarro:

«É certo que o seculo findo se caracterizou em parte pela constituição de grandes nacionalidades, d'antes fraccionadas, e d'isso ficaram signaes indelevelis e bastante visiveis no novo imperio allemão, de que já se tratou, e no não menos novo reino de Italia; mas, reparando bem, apesar da acção meramente attractiva e pacifica posta em jogo n'um e n'outro paiz, a realisação d'essas reconstituições ter-se-hia ainda retardado por longo tempo, ou talvez indefinidamente, sem o exercicio e a intervenção da violencia. Povos que viveram desunidos e separados durante seculos, e que, por natural consequencia, deram origem a supremos e particulares interesses permanentes, quer de indole in-

terna, como os determinados por uma dynastia um tanto arreigada, e a cuja sombra se desenvolveram conveniencias politicas e pessoases, quer de caracter externo, como o dominio exercido pela Austria em parte do territorio italiano e a especie de protectorado diplomatico sustentado sobre outros pequenos Estados do mesmo, embora sejam da mesma raça, fallem egual lingua, e sintam no fundo do seu espirito aspiração analoga de se unirem e de chegarem a uma vasta reconstituição nacional, não o alcançarão geralmente sem que as armas rompam e desbaratem, pela energia e violencia dos seus argumentos, quantos obices parciaes e tradicionaes se opponham a essa finalidade.»

Vê-se que D. Modesto Navarro não é pela theoria das nacionalidades; e, realmente, em boa doutrina, não bastam para caracterisar uma nacionalidade nem o criterio da raça, nem o da lingua, nem o da religião, nem mesmo o da cultura em commum; ha nacionalidades perfeitas onde falta um ou muitos d'esses elementos, e outras onde elles se accumulam com characteristics differentes;

é necessario, principalmente, que se apresente um elemento moral, essencialissimo, a *vontade*, que «mais feliz que o territorio, diz Caro, escapa ás presas da força, e desafia a conquista».

Essa vontade nacional, conjugada com as condições fundamentaes de uma elaboração propria, de acção e de sentimentos, dá a Portugal o absoluto direito de amar a sua nacionalidade e de se sacrificar por ella, como todo o individuo livre se sacrifica pela sua liberdade, condição essencial de todo o bem estar e progresso.

Portugal creou uma individualidade propria, inconfundivel com a Hespanha; resistindo á assimilação dos diversos estados da península que se deu na Edade Média em volta do throno de Castella, fez por conta propria a reconquista dos territorios para áquem do Douro, até ao oceano, integrando-os n'uma nacionalidade distincta e independente; essa independencia sustentou-a e defendeu-a com as armas e cimentou-a com o seu sangue, contra as ambições de Castella; fechado esse periodo de luctas para a integração do territorio

e para a afirmação da sua individualidade, entrou no brilhante movimento da Renascença por fórma a dotar, só elle, a humanidade com os elementos importantes da conquista do Brazil e da descoberta do caminho maritimo para a India, missão incontestavelmente superior á da Hespanha e de muito maior alcance para a civilisação.

Por tal fórma a nossa individualidade ficou accentuada, que nem mesmo o captivo de 60 annos, depois do desastre de Alcacer-Quibir, promovido por um rei louco, conseguiu attenual-a sequer, e Portugal aproveitou o primeiro ensejo azado para reaver a independencia perdida e sustental-a heroicamente pelas armas. Depois d'isso Portugal não se tem poupado a sacrificios para manter a nobre herança do passado e cumprir a sua missão civilisadora nos vastos territorios que possui além dos mares, procurando acompanhar a civilisação nos seus progressos. O coronel D. Modesto não desconhece estes factos, como adiante veremos; mas pretende que, a despeito de tudo, a divisa de Hespanha com respeito a Portugal passe a ser: *Quero, porque quero!*

Isto só teria a vantagem de nos ensinar a nos precavermos contra esses actos de força e violencia, que D. Modesto Navarro aconselha e estabelece como uma solução para o problema da Hespanha, se não fosse a confiança que devemos ter nos que, no paiz vizinho, representam verdadeiramente a opinião sensata e dirigente, e que teem como manifestações de loucura todos os ataques á independencia de um povo vizinho, amigo e irmão.

*

*

*

O coronel D. Modesto Navarro por tal modo se cega com a idéa do engrandecimento da Hespanha, á custa de Portugal, que para elle tudo quanto não seja o emprego da força tem pouca importancia. Não acceita a theoria das nacionalidades, mas insiste nos exemplos da Allemanha e da Italia, cuja unificação se fez appellando precisamente para a existencia de muitos dos elementos que caracterizam as nacionalidades; faz da guerra o principal factor da união dos povos que

constituem aquellas nações ou estados, quando a guerra não foi mais do que um instrumento para tornar viavel, no campo dos factos, o que já vinha de longe preparado no mundo das idéas e dos sentimentos. Quer a força, só a força, unicamente a força, para, ao contrario dos proprios exemplos que cita, reunir violentamente duas entidades antagonicas, com incompatibilidades irreductiveis, como são Hespanha e Portugal.

Mas ouçamos primeiramente a sua argumentação:

«A theoria da constituição ou reconstituição dos Estados sobre a ampla base da nacionalidade, que tanto moveu os animos na Europa durante a segunda metade do seculo passado, especialmente na Italia e na Allemanha, e á qual por tal fórma consagraram os esforços da sua intelligencia mestres do direito publico tão eximios e reputados como Mancini, Maniami, Casanova, Bluntschli, Ahrens e outros varios, por bella, e logica, e razoavel que á simples vista pareça, não deixa de ser discutida, e, sobretudo, não deixa de offerecer dif-

ficuldades de monta quando se trata da sua applicação positiva, da sua pratica realisação. Assim, por exemplo, Fiore, apesar de italiano e por isso saturado d'esse ideal, não admite o principio da nacionalidade como essencial ao fim exposto da constituição ou reconstituição, embora lhe reconheça e conceda influencia que pode chegar a ser determinante para esse fim. Assim, tambem entre nós Pi y Margall refutou aquella theoria como inefficaz só por si, por não encontrar bastante fundamento para ella nem na identidade da lingua, nem nas fronteiras naturaes, nem no sentimento da raça, nem no criterio historico; e emquanto ao que succedeu na Allemanha, não se esquece de notar concretamente que para alcançar sua actual unidade, sob o imperio dos Hohenzollern, foi necessario, primeiramente que a Prussia tornasse sua a idéa no terreno governativo e politico, e, em seguida, recorresse á guerra em 1848, 1863, 1865 e 1870; assim como reconhece, no que se deu na Italia, que para se realisar a sua unidade foi preciso, primeiro, que Piemonte com os seus reis se tornasse o campeão d'ella na esphera politica e gover-

nativa, e depois sustentar tres guerras com a Austria em 1848, 1850 e 1869, levar as suas armas a Napoles e Duas Lucilias para desthronar o seu rei, depôr violentamente os duques de Parma e Modena, e occupar pela força Roma e os Estados do Papa. Por mais sensivel que isso possa ser a certos espiritos, o caso é que, como o proprio citado Pi o accentua, a Europa viveu e continúa vivendo em um estado de força, e pela força se teem resolvido e se resolvem os grandes problemas que interessam aos Estados, e se teem realisado e se realisam grandes aspirações dos povos, tal como aquella que a Hespanha pode e deve alimentar com respeito a Portugal.»

N'este trecho, como em todo o escripto de D. Modesto Navarro, as premissas estão em contradicção com as deducções; e, além d'isso, ha erros fundamentaes em materia de direito internacional e de historia.

Em primeiro logar confunde a idéa de Nação com a de Estado. O Estado, agglomeração, muitas vezes, de raças, religiões, lingua, e povos, com

aspirações e sentimentos diversos e até contrários, apenas ligados pelo laço juridico, pela lei commum ou commum governo, o Estado pode ser o resultado do emprego da força; a Nação, porém, é a unidade moral representada pela solidariedade dos interesses moraes e da vontade de um ou mais povos, que, constituam embora um ou mais Estados, se sentem ligados pelas mesmas aspirações e pelos mesmos sentimentos, comquanto lhes falte o orgão indispensavel para manifestar essa vontade. A Nação não é personalidade juridica como o Estado, mas uma entidade natural; o Estado pode ser formado pela reunião violenta de elementos heterogeneos, como na Russia e na Inglaterra; a Nação é o resultado de uma evolução organica, que tem por ponto de partida um interesse ou aspiração commum de ordem moral. Nação é a Irlanda, Nação é a Polonia; e, comtudo, estão violentamente incorporadas em Estados formados pela prepotencia do mais forte.

Foi a noção perfeita d'esta differença que levou Mancini a querer basear o direito internacional, não sobre o estado, mas sobre a nacionalidade, e,



longe do que parece a D. Modesto Navarro, Bluntschli não accceita essa base como fundamento de direito; concorda com o illustre professor italiano em que a razão de ser profunda do direito das gentes possa assentar, não na manifestação da vontade dos estados, mas na natureza humana, que une todos os povos; faz mesmo notar que a formação moderna dos estados tem de preferencia um character nacional; mas entende que o estudo do direito internacional não pode basear-se no terreno elastico da nacionalidade, pois a esta falta um ponto de apoio, tornando-a incapaz de se fazer reconhecer e respeitar.¹

Nos tratadistas do direito internacional se encontra bem accentuada esta differença profunda entre Nação e Estado, embora tão sómente sobre esta se possam basear as regras d'esse direito, porquanto «as nacionalidades que não estão organisadas em estados, não são pessoas juridicas, nem sob o ponto de vista de direito publico, nem sob o do direito internacional.»

¹ Bluntschli. *Le Droit International Codifié*. Trad. de Lardy. Liv. II. 1. 25.

Novicow, no seu livro *Politica Internacional*, estuda as diversas combinações que podem resultar d'estas duas coisas perfeitamente distinctas: o estado e a nacionalidade. Pode uma nacionalidade ser partilhada entre muitos estados, como foram por muito tempo a Grecia, a Italia, a Allemanha; pode um estado compôr-se de muitas nacionalidades, como a Austria, onde se reúnem cinco nacionalidades: allemães, húngaros, tcheques, polacos, croatas; pode uma nacionalidade unir-se com um ou mais estados, com o predomínio ou da nacionalidade ou do estado: exemplo a Turquia; finalmente, pode dar-se a completa fusão da nação com o estado, como succede na França.

Portugal está n'este ultimo caso.

O exemplo da Allemanha e da Italia, hoje convertidas em Estados, só serve para provar que, ao contrario do que D. Modesto affirma, foi sobre a base da nacionalidade que se constituíram aquellas duas grandes unidades politicas, productos de uma constante aspiração: a unificação dos sentimentos e dos interesses moraes do povo germanico e do povo italiano.

Estreito é o criterio historico que preside ao estudo do illustre coronel hespanhol, para quem a unidade nacional se consegue «preparando a idéa no terreno politico e governativo, e realisando-a em seguida por meio das armas!» E tão pouco elle lê na historia, e tão restricta é a sua critica dos factos historicos, que a esses processos attribue principalmente a unidade da Allemanha e da Italia!

Ora quer o illustre coronel saber como se devem apreciar os diversos factores, de ordem complexa, que determinaram a unidade allemã? Oiça o notavel publicista italiano José Civinini, e encontrará resposta cabal ao seu tão acanhado ponto de vista de philosophia de historia:

«Se as armas da Prussia, diz o escriptor italiano, realisaram materialmente o grande pensamento da união allemã, este trabalho activo tinha sido precedido por um trabalho de idéas, que, começando com Leibnitz, continuou até aos nossos dias: poetas e philosophos, politicos e historiadores, collaboraram n'elle, de modo a podermos dizer que a regeneração da Allemanha é uma verdadeira

obra do pensamento e da sciencia. Em todos os terrenos do saber humano, em todas as fórmas da criação poetica, a Allemanha espiritual preparou a nova Allemanha politica. A sciencia e a litteratura, a philosophia e a historia, inculcaram no povo allemão o profundo sentimento da propria nacionalidade, ensinaram-lhe a considerar-se como destinado a uma grande missão historica, impozeram-lhe o cumprimento d'essa missão como um dever. Sim, este é o verdadeiro signal caracteristico do movimento allemão, que foi, antes de mais nada, uma obra do espirito, e quando esta chegou á maturação passou a ser obra da força material. Como o raio precede ao trovão, assim precedeu a idéa ao facto; e os allemães, antes de se tornarem materialmente o povo mais poderoso da Europa, foram idealmente o mais instruido: a chefia politica é effeito e consequencia da supremacia intellectual.

«O que vive na crença de que o espirito significa alguma coisa n'este mundo, pouco se fia na duração das obras que sejam apenas fructo de manejos politicos e militares, sem uma sufficiente preparação espirital e moral. Mas alli, onde um povo

tem já uma philosophia, uma sciencia, uma historia, uma poesia e uma musica verdadeiramente nacionaes, creadas por todos e a todos communs; alli, onde, durante mais de um seculo, um desenvolvimento sempre crescente fundou a unidade no terreno do saber e do pensar, alli podem vir os dias de Sadowa e de Sedan; porque encontrarão um solo lavrado que dará sazonados fructos. O novo imperio allemão não é, portanto, como se disse com sobeja leviandade, filho da força; é o fructo lentamente amadurecido do pensamento, é a manifestação politica da instrucção espiritual, é o triumpho de um largo trabalho civilizador, adquirido pelo emprego da força no serviço da idéa, do mesmo modo que as victorias se alcançam sempre no campo da batalha dos factos.»

Dir-se-hia que este trecho fôra expressamente escripto para responder ás theorias abstrusas e ás idéas erradas sobre historia e direito por D. Modesto Navarro expendidas.

O imperio allemão não é, não podia ser, unicamente o producto da politica e da força das ar-

mas. A Prussia, diz o historiographo allemão Scherr, «reconstituiu o imperio allemão, realisando assim o sonho e o anhelos de muitas gerações do nosso povo; poz em volta das tribus allemãs os marcos do novo imperio, dentro dos quaes poude realisar-se o processo da união». E, referindo-se a ter a guerra á Allemanha sido declarada pela França no dia seguinte á declaração da infallibilidade do Papa, exclama:— Esperava-se, tanto nas Tulherias como no Vaticano, ter-se dirigido o cartel de desafio contra uma Allemanha desunida; mas o norte e o sul, o nascente e o poente, liberaes e conservadores, ricos e pobres, principes, fidalgos, cidadãos e lavradores, catholicos e protestantes, levantaram-se como um «unico povo em armas», e «com o estrondo soberbo da tempestade, semelhante ao estrepito das espadas e ao choque das ondas contra os rochedos, resoou por todas as comarcas da patria o grito: «ao Rheno! ao Rheno! ao Rheno! ao Rheno allemão!»¹

Desde Frederico II que os allemães se tinham habituado a pôr a sua fé na Prussia; era o ultimo

¹ J. Scherr. *Germania*.

baluarte da defesa: «renunciar a elle o mesmo era que renunciar á propria esperanza».¹ Lavissee fez a judiciosa observação de que cada estadio da grandeza prussiana se assignalou com a fundação de uma Universidade: Kœnigsberg no momento da secularisação da ordem Teutonica; Duisburgo, quando attingiram o Rheno pela primeira vez; Halle, quando tomaram a corôa real; mais tarde Bonn, quando se estabeleceram solidamente sobre a margem esquerda do Rheno; e depois de 1870, Strasburgo. Entre todas, a fundação da universidade de Berlim representa um marco luminoso. Schleiermacher foi prophético quando disse que, «graças á sua força interior, ella exerceria a sua influencia para além dos limites da monarchia prussiana. Berlim tornar-se-hia o centro de toda a actividade intellectual da Allemanha septentrional e protestante, e um terreno solido se preparava assim para a missão que estava reservada ao Estado prussiano.»

Esmagada, retalhada por Napoleão I, esgotada pelo esforço da guerra da libertação, enganada pe-

¹ Lavissee et Rambeau. *Histoire Générale*, t. ix, cap. xix.

los seus principes, que lhe haviam feito promessas, de prompto illudidas, e que a entregavam á férula de Metternich, a Allemanha descorçoada, quasi desesperada, a si propria se buscou e se encontrou nas universidades. Alli se tinha refugiado a sua alma, confiada ao ardor, ao patriotismo, ás illusões da mocidade; ahi ficou longo tempo confinada, escondida, attento o ouvido aos ruidos exteriores, estremecendo aos gritos de liberdade que sentia retinir ao longe, murmurando baixinho os estribilhos que Kœner para ella cantara. As universidades transmittiam entre si o *mot d'ordre* sem que tivessem sequer de o pronunciar. Nos repastos das confrarias, á sobremesa, quando chegava o momento dos brindes, todos levavam aos labios os copos, silenciosamente, de cabeça descoberta, e bebiam. Ninguem fallava e todos haviam comprehendido. Ás vezes, um conviva menos reservado dizia simplesmente: *Ein* (um), e todos se inclinavam em signal de assentimento; porque todos haviam subentendido: *Vaterland*.¹

¹ *L'Allemagne actuelle*, cap. v.

A união estava na consciencia e na aspiração de todo o allemão; o processo pelo qual ella se realisou foi todo moral e intellectual; a politica e as armas não fizeram mais do que dar fórma e sancconar perante o mundo a communhão espirital que de ha muito se celebrava em toda a Al-
lemanha!

Havemos de concordar que isto é bem differente do governo hespanhol accordar um bello dia resolvido a preparar «en el terreno gubernamental y politico» a total nacionalidade iberica, «y luego acudir à la guerra» para a realisar!

*

* *

Se a unidade allemã foi obra, não apenas da politica e das armas, mas das forças intellectuaes e moraes do espirito de uma raça, por meio dos seus poetas, dos seus philosophos, das suas universidades, representando um alto interesse e uma forte vontade de ordem moral, a unidade italiana não o foi menos.

Essa unidade representava uma aspiração de seculos, que nem o Papado, nem o Sacro Imperio haviam logrado conseguir, porque nenhum correspondera ao sentimento, superior ás dissensões politicas, que approxima effectivamente os povos; e o «sonho da unidade teve de se refugiar nas combinações dos pensadores e no canto dos poetas».¹

Retalhada pelos barbaros, e, modernamente, pasto das ambições do estrangeiro, que a dividiu ainda mais, a escravizou e a converteu em theatro de perennes luctas e guerras, a Italia guardou sempre a sua unidade espiritual.

Foi na desgraça que ella aprendeu a conhecer as forças de que dispunha, e a realisar a unidade appetecida. A constituição do reino de Italia, alliado da França, como consequencia da revolução franceza, dava-lhe a consciencia real da sua integridade e despertava n'ella o sentimento do Estado.

A influencia e a politica de Napoleão, uniformizando as leis e as instituições, ensaiava o laço juridico que havia de realisar a obra da integração.

¹ J. de Crozals. *Hist. de la civ. contemporaine*, liv. III, cap. II.

O notavel historiador Balbo apresenta esse periodo como «prospero, fecundo, util, quasi grande e glorioso», apesar da sujeição dos povos, porque esta veiu despertar os sentimentos da familia italiana.

«Servir parecia menos desairoso, quando se servia, com metade da Europa, um homem activo, illustre, que, podia dizer-se, era italiano, se não de nascimento, pelo menos de raça e de nome. Á falta de independencia verdadeira, havia esperanças proximas de a adquirir; á falta de liberdade politica, possuia as suas fórmãs, e gosava d'essa egualdade civil que é, em muito, uma compensação á tyrannia. Se não existia a liberdade de escrever, o ciume, a desconfiança de todo o saber, sob todas as suas fórmãs, o desprezo pelos homens cultos, tinham desaparecido. Se o commercio perdera a sua actividade, a industria, a agricultura, o mister das armas tinham-na conservado. Foi então que os italianos, primeiramente os piemontezes, depois os lombardos e os romanhões, finalmente os toscanos, os romanos e os napolitanos, abraçaram

essa carreira militar em que se tornaram irmãos de armas dos soldados que tinham vencido a Europa e que nos seus exercitos mereceram distincções e louvores. Em summa, a sujeição a que a Italia estava obrigada deixava-a tomar parte nos gozos da vida, da actividade e do orgulho dos seus senhores; não tinha já o character compressivo, oppressivo e depressivo dos tempos passados. Foi a partir d'esse momento que se recommçou a pronunciar com amor o nome de Italia e a pôr de parte todos os ciumes e rivalidades provinciaes ou municipaes.»¹

Como se vê, no proprio infortunio encontrara a alma italiana a sua formula de unificação. Tudo mais seria resultado do tempo. Não eram a politica e a guerra os instrumentos unicos d'essa unificação; eram sobretudo condições de ordem moral as que approximavam e integravam as forças latentes de uma nação, no sentido da sua unidade.

Os tratados de 1815 foram um golpe terrivel

¹ Cit. da *Hist. Général* de Lavisse et Rambaud, t. ix, cap. xiii.

nas esperanças e alegrias da Italia unitaria; Metternich via-a reduzida a uma simples «expressão geographica», retalhada de novo e distribuida em quinhões; nem por isso, todavia, deixou ella de trabalhar no sentido do que era ainda apenas uma aspiração, mas começava já a ser uma realidade palpavel e positiva.

Para a realisação do sonho commum era necessario apparecer um homem que representasse a aspiração nacional, que tivesse cabeça e pulso para apprehender a obra, e que soubesse aproveitar as circumstancias que se lhe offerecessem. Esse homem foi Cavour.

Já em 1848, quando as idéas liberaes accordaram em toda a Europa energias poderosas, surgira na Italia o primeiro movimento a favor da independencia, cujo resultado seria a unificação. Carlos Alberto, da Sardenha, que, respondendo á França, onde a libertação da Italia constituia um numero do seu programma altruista, dizia que a Italia a si propria se bastava,— *Italia farà da se!*— reunia nas margens do Pó as tropas dos principaes estados italianos, e assim fazia a demonstra-

ção clara e evidente de uma formação nova, que o tempo não tardaria em converter em facto.

Mas as derrotas de Custozza e de Novara atrazaram o movimento; o auxilio voluntario da França fôra imprudentemente recusado, e quando requerido depois, não poude ser prestado; todavia teve isso a vantagem de ensinar a Italia a reunir e a preparar melhor as suas forças.

Dos seus desastres tiraram a energia; das suas armas se serviram, não para roubar a liberdade e opprimir um povo independente e livre, como deseja D. Modesto Navarro em relação a Portugal, mas para sacudir o jugo estrangeiro e reha-ver a patria commum.

O Piemonte constituiu-se em nucleo do pensamento unitario; Victor Manuel, que de seu pae herdara o nobre encargo que este não lograra levar a bom termo, proclamava que o «Piemonte era pequeno pelo seu territorio, mas grande pelas idéas que representava». Cavour e Victor Manuel foram o cerebro e o braço da obra nacional. O Piemonte teve a legitima hegemonia e direcção superior, porque era um estado nacional, liberal, bem organisa-

do, cheio de ideias e de prestígio; aliado da França e da Inglaterra, de igual para igual, na guerra do Oriente; tendo os seus soldados a baterem-se na Crimeia ao lado dos de duas nações poderosas; activo, energico, persistente, e attrahindo, por todas estas razões, as sympathias de toda a Europa!

Já vê o illustre coronel D. Modesto Navarro que é bem diversa da situação da Hespanha, em relação a Portugal, a d'esse prestimoso estado, que não aspirava a humilhantes usurpações, mas a libertações gloriosas, e que não se queria impôr apenas pela força, mas pelo prestígio da intelligencia, do trabalho e da cultura. Não foi um estado a querer absorver pela força outro estado pequeno, mas uma parcella de uma nação, um estado pequenissimo, attrahindo, reunindo, integrando em volta de si as forças e as energias de uma nacionalidade. Piemonte na Italia tinha o papel da Prussia na Allemanha, n'um e n'outro pequeno estado a força centripeda era toda ella intelligente e espirital, attrahindo vontades e conquistando consciencias, não opprimindo almas e esmagando liberdades.

Foi assim que o Piemonte recebeu promptas adhesões da Toscana, Modena, Parma e Romagna, estabelecendo a unidade da Italia do Norte. Para as resistencias de character e interesse politicos, contrarias á aspiração nacional, que se davam em Napoles, foram necessarias as armas, é certo, e Garibaldi foi o instrumento; mas o suffragio universal, coroando o exito d'essas armas, provou quanto a idéa da unidade estava na consciencia e na aspiração dos proprios napolitanos. A integração de Roma era uma consequencia logica da unidade territorial, moral, e historica, dentro de uma nacionalidade que tinha de se affirmar no sentido da aspiração commum e do commum interesse.

Estes são os factos, vistos á luz da verdadeira critica, que determinam o *processus* da unificação italiana, a qual, como a unificação germanica, não foi, não podia ser, o resultado d'essa fórmula autoritaria que D. Modesto Navarro indica á Hespanha com relação a Portugal: a apresentação do problema no campo governativo e a sua resolução por meio das armas!

Essas theorias contra nós sustentadas pelo illus-

tre official hespanhol, e que infelizmente não são isoladas, e até se professam nas escolas militares do seu paiz,¹ são as mesmas que levaram os Estados Unidos a attentar contra a integridade da nação hespanhola, baseados, todavia, na má administração das colonias hespanholas e nos prejuizos causados aos norte-americanos e aos principios e direitos da humanidade.

Ainda ha pouco, a proposito do attentado contra Mac-Kinley, toda a imprensa hespanhola se referiu, com justo resentimento, aos attentados da

¹ O professor da Academia General Militar, Castaños y Montijano, no seu livro *Geographia Militar de la Peninsula Iberica*, texto official que serviu n'aquella escola, diz o seguinte: «Una sola politica debiera animarnos, y esta es la de completar la nacionalidad de la Peninsula Iberica, uniendo nos a nuestros hermanos los portugueses, y arrojar del Peñon de Gibraltar a los ingleses; pues que Dios ha deslindado completamente a este gran pueblo, llamado Ibero, del resto de la Europa e le ha dado la llave del Mediterraneo y una posicion avanzada hacia el Sur y hacia el Occidente, para que mire hacia Africa e hacia America.» Parte II, liv. I, cap. I. Em seguida falla n'uma «fraternal alliança», mas evidente subordinada á idéa «de completar a nacionalidade da Peninsula, unindo-se aos portuguezes.» Isto é o que officialmente se professava na escola militar que representava a união de todas as armas hespanholas.

força bruta de que foi victima a nação vizinha. Quando, — não em jornal militar, e portanto officialmente consentido pelo ministerio da guerra, mas em opusculo da sua absoluta responsabilidade, — Monk (pseudonymo de um illustre official portuguez) publicou entre nós a sua *Visão*,¹ onde, aliás, de modo algum se tratava de atacar a soberania da Hespanha, mas apenas se discutia a hypothese de uma tentativa contra a nossa independencia, o que se não disse na imprensa hespanhola, e por que fórma!

*

*

*

Não me parece fóra de proposito aproveitar este ensejo para desfazer o erro em que se tem laborado com respeito aos intuitos que presidiram á publicação da *Visão*, tão mal comprehendida e interpretada! Não descortino n'aquelle trabalho nenhum proposito de aggressão á Hespanha, antes noto que se admite a approximação e alliança dos

¹ José Monk. *Visão Politica*. Lisboa, 1898.

dois povos peninsulares, quando unidos ambos a uma alliança com a Inglaterra.

Pode esta hypothese não encontrar na historia e nos elementos tradicionaes fundamentos em que se baseie; mas não é precisamente a coherencia de principios que determina a approximação dos povos ou o seu afastamento. A pag. 43 da 2.^a edição¹ vem indicadas as hypotheses *unicas* em que o auctor admite a possibilidade de uma guerra de Portugal com Hespanha:— « 1.^a A Hespanha aggre-dir-nos e pretender apoderar-se do territorio portuguez, com assentimento ou sem assentimento de outras potencias; 2.^a Obrigação forçada e politica de Portugal fazer ou sustentar uma guerra para libertar-se de odiosas oppressões, procurando equilibrar melhor as suas forças e garantir melhor os seus direitos; 3.^a Satisfazer aos compromissos de uma alliança.»

Em que se parece isto com a aggressão propositada a Portugal, com o fim de o absorver?

¹ 1898-1900. *Justificação e Observações Necessarias á Visão Politica* de José Monk. Por X. M. 1899.

Completando e explicando o pensamento, a mesma *Visão* diz a pag. 54:—«Tendo em vista o disposto na condição V (que fica transcripta acima), previsão certa e segura de boa politica, que interessa á vida do futuro e ás garantias da actualidade, é, todavia, do nosso dever pensar que Portugal não fará a guerra á Hespanha (se tiver de fazel-a) por gosto ou velleidade, mas para rebater e conter os seus impetos ambiciosos, defender-se de injustas e mal fundadas aggressões, guardar e conservar incolumes os trophæus de victoria, que outras gerações alcançaram á custa do seu sangue, e ainda para collocar-se em melhores condições de equilibrio politico, ou satisfazer aos seus compromissos, o que por todos os motivos tornará mais solidos e mais seguros os direitos á sua autonomia.»

Tanto n'esse seu trabalho como no que foi recentemente publicado com o titulo *O Mediterraneo em Equação*¹ o illustre escriptôr militar, não só não

¹ Xavier Machado. *O Mediterraneo em equação. Memoria.* Lisboa, 1901.

trata de qualquer hypothese que se pareça sequer com a da aggressão á Hespanha, a não ser na defensiva, ou arrastada por uma alliança, mas até admite a possibilidade de uma alliança com a Hespanha, na base da alliança das duas nações peninsulares com a Inglaterra, que, no seu entender, convem em extremo a Portugal, como a de Portugal muito convem á Inglaterra.

Pode isto ser um ponto de controversia, porque muitos em Portugal não pensam, em materia de allianças, pela mesma fórma que Monk, mas o que não é verdade, o que não é justo que se diga, é que uma tal theoria envolva só por si a idéa de uma aggressão voluntaria e propositada á Hespanha!

*

* *

E, no emtanto, o que se não disse e se não escreveu no vizinho reino a respeito da *Visão* de Monk!

Ora os nossos prezados vizinhos não se reputarão de certo mais patriotas do que os portuguezes,

e não poderão, de modo algum, extranhar que as mesmas causas de brio nacional que em Hespanha levantam justos e energicos protestos, e legitimas defezas, tenham em Portugal consequencias eguaes. A não ser que queiram Deus para si e o diabo para os outros!

Nas diatribes da imprensa hespanhola, contra a *Visão* de Monk, até foi trazido á autoria S. M. el-rei D. Carlos, por o auctor ser um seu official ás ordens! Ora eu não seguirei identicos processos; não discuto a questão senão no campo das doutrinas e dos factos; esta discussão não aliena nem abala, n'um apice que seja, a minha sympathia e grato affecto pela vizinha nação amiga, e nem sequer cuido de inquirir os cargos ou a situação official do auctor do estudo a que estou respondendo na esphera dos principios e do direito.

Desde o momento que em Hespanha, depois da perda das suas colonias, se insiste, até na imprensa militar e em artigos firmados por officiaes de reputação e responsabilidade, na idéa da absorpção de Portugal pela força, é absolutamente indispensavel que entre nós sejam conhecidas e re-

batidas aquellas opiniões e que mesmo em Hespanha se não supponha que «calando consentimos», no dizer do proverbio popular.

Se o fizéssemos, por indifferença ou por criminosa incuria, ou por contemporisação de qualquer natureza, incorreríamos nos mesmos erros que levaram a opinião hespanhola á insensata guerra com os Estados Unidos; porque todo o mundo sabia quaes as intenções, qual a propaganda, qual o plano de ha muito preparado, quaes as forças e recursos, em terra e no mar, de que dispunha a nação norte-americana, todo o mundo o sabia, menos a opinião publica hespanhola, que tão ás cegas se metteu na bocca do lobo. Lucra-se sempre em esclarecer a opinião.

Chamando a attenção dos meus contemporaneos para o que se pensa e se pretende em Hespanha a nosso respeito, em certos circulos, cumpo o meu dever; o que me não impede, porém, de fazer justiça áquelles que em Hespanha nos são sinceramente affeioados, e os primeiros de certo a reconhecer que tanto Hespanha como Portugal necessitam, antes de tudo, de pensar na sua

organisação interna, no restabelecimento do seu credito, na sua crescente valorisação perante a corrente civilisadora, onde os menos cultos e os menos aptos succumbem fatalmente, e na força que nos pode vir, a nós, nações peninsulares, não de mutuas hostilidades e desagrados, mas de sympathias e affectos mutuos, e approximações cada vez maiores em todos os campos da actividade e dos sentimentos, baseados no respeito da independencia de cada Estado.

*

*

*

Se D. Modesto Navarro desconhecesse a historia portugueza e tambem os principios que, até no seu paiz, teem sido sustentados por homens eminentes e de superior criterio, sobre a accentuada individualidade de Portugal, que não se confunde com a da Hespanha, podia, ainda assim, servir-lhe esse desconhecimento de desculpa ás suas theorias de absorpção e de conquista; mas vemos que elle está, n'este ponto, ao facto das boas doutrinas e da lição de historia. É uma aggravante!

«Ainda, para sentir e pensar assim n'este caso concreto de Hespanha e Portugal, diz elle, forçoso será advertir que entre portuguezes está muito arreigado o conceito da sua particular nacionalidade, o que é mais adequado a desvial-os do que a approximal-os da Hespanha. N'este ponto entendo e creio que o sr. Pi y Margall, no seu livro *Las Nacionalidades*, como o insigne Valera em um artigo que sob a epigraphé «Hespanha e Portugal» apparece na sua obra *Estudos criticos*, estão muito dentro da verdade quando dão por bastante bem determinada a nacionalidade portugueza, na historia e na litteratura, relativamente á nacionalidade hespanhola; de tal modo que, não obstante a semelhança de raça, linguagem, leis, costumes e caracter, Portugal e Hespanha formam dentro da Peninsula iberica dois povos, *duas nações distinctas, sem se confundirem*, graças a essas particularizadas condições de existencia historica e litteraria, que as separam e as mantem desviadas.»

Isto diz o proprio sr. D. Modesto Navarro, e ainda accrescenta mais, para que se veja bem todo

o valor da victima que pretende ver immolada no altar da unidade hespanhola:

«E assim é de facto; quando, como succede em Portugal, se tem vivido durante sete seculos (com o unico especial parenthesis de sessenta annos) uma vida independente, que mal se definiu e affirmou solidamente no interior, guerreando ora contra os mouros, ora contra os monarchas leonenses e castelhanos, se exteriorisou logo por notaveis factos historicos, d'esses que formam epocha e que deram a esse povo fama, honra e proveito, graças ao genio de grandes reis e á cooperação de illustres varões portuguezes, como Vasco da Gama, Cabral, Albuquerque, Magalhães, os quaes estenderam o nome e o predominió da sua patria a diversas partes da Africa, da Asia e da America; e quando, em virtude de tudo isto, surgiu e prosperou uma litteratura propria e particular, rica e florescente sob varios aspectos, principalmente na poesia epica, e a cuja litteratura estão unidos nomes portuguezes tão esclarecidos e estimados, dentro e fóra do seu paiz, como Sá de Miranda, Camões, Montemaior,

Mendes Leal, Couto, Ribeiro, Mello (?), Hercu-
lano e muitos outros, dos quaes o segundo pro-
duziu um poema epico nacional, *Os Lusíadas*, re-
putado como o unico no seu genero nos tempos
modernos e só excedido por Homero, e que abrange
o mais typico e glorioso acaso da historia portu-
gueza; e, finalmente, quando além d'isso existe o
funesto precedente dos sessenta annos de forçada
incorporação na corôa de Castella na epocha dos
nossos Filippes de Austria, durante a qual se con-
siderou e tratou Portugal, não como um povo ir-
mão, mas como paiz vencido e conquistado, não
pode surprehender que no povo portuguez, — em
que peze a quanto de affim e de commum com a
Hespanha existe em raça, em territorio, em clima,
em idéas, em character, em linguagem, em religião,
em leis, em costumes, — se ostente e manifeste,
mais do que arraigado, arraigadissimo, e profundo
e vigoroso, o sentimento e o conceito da sua par-
ticular nacionalidade.

«E esta, não só como distincta da nacionalidade
hespanhola, porém, mais ainda, como separada
d'ella pela desconfiança e pela antipathia, produ-

cto d'aquelles sessenta annos de humilhações, de aferrolhamento, de escravidão politica e de governo tão arbitrario e inconsiderado como incapaz, que sobre arrancar aos portuguezes as suas liberdades e fóros, tanto no campo politico como no administrativo, deu ensejo a que se perdessem as Molucas e as feitorias do Japão, a que estivesse em grande perigo o proprio Brazil, e, em summa, a que se iniciasse a decadencia mercantil e colonial em Portugal.»

Viram bem o quadro que, de um lado, põe em relevo todo o alto papel historico e o elevado grau de cultura propria que dão a Portugal o direito de ser uma nação independente e livre, e do outro pinta os horrores e infortunios da escravidão sob o dominio hespanhol? Ouviram bem?

Pois ouçam mais:

«Assim, portanto, entendo, como os citados srs. Pi e Valera, que por conveniente que seja, a todos os respeitos, e sem duvida o é, a reunião de Hespanha e Portugal n'um só Estado, ha de ser

difficil e longo, talvez, conseguil-o só pela attracção e pelo convencimento, por se oppôr naturalmente a isso, primeiramente o sentimento nacional do povo portuguez, depois o interesse da sua actual dynastia, tão enlaçada ao facto historico da violenta separação dos dois paizes no tempo de Filippe IV, e finalmente a conveniencia da Inglaterra, que jámais viu nem verá com bons olhos nada que possa tender para essa união.»

Temos, pois, confessado e exposto pelo proprio auctor, quanto a razão eloquente da historia, o argumento poderoso do direito, o sentimento natural de repulsão pela idéa de voltarmos á escravidão d'outr'ora, o legitimo brio nacional, e até interesses de diversa natureza se oppõem formalmente e tornam inadmissivel e revoltante o proposito da absorpção de Portugal. Pois tudo isso apresenta o illustre escriptor militar hespanhol apenas para concluir o seguinte:—Sim! tudo isso é assim. Mas a união de Portugal e Hespanha ha de fazer-se á força, porque a Hespanha assim o quer e porque assim lhe convém.

É o que se deduz das seguintes conclusões:

«Mas, n'esse caso, havemos de renunciar a essa aspiração, a esse ideal? Pelo contrario, já o disse: para a sua realisação devemos caminhar franca e resolutamente, com a attracção e com a violencia, com o raciocinio e com a força, com os meios pacificos e com a guerra; porque, repito-o tambem, mesmo que, com o mais intimo trato e as mais estreitas relações, lograssemos apagar do coração do povo portuguez o sentimento da sua nacionalidade e afugentar d'elle todo o preconceito tradicional de desconfiança e antipathia, e, emfim, fazer-lhe desejar a união com a Hespanha, ainda assim para chegar a essa união tropeçaríamos com a opposição armada da dynastia de Bragança, auxiliada pelas armas inglezas; e tal fórmula de opposição só se destroe e se afasta por meio da guerra da nossa parte.»

Isto é categorico e positivo! D. Modesto Navarro não desadora os meios pacificos, comtanto que cheguem ao seu fim; mas não crê muito n'elles, e reputa-os, além de tudo, lentos e difficeis; quer portanto a guerra, a violencia!

Deixemol-o concluir o seu raciocinio para lhe respondermos depois ao pé da lettra:

«Dirija-se a nossa politica no sentido de tornar viavel a união por todos quantos meios attractivos, pacificos e suaves se imaginem, creando interesses communs, harmonisando conveniencias, multiplicando e estreitando as relações de todo o genero, até debilitar ou annullar totalmente o sentimento nacional portuguez (*sic!*) e desterrar da consciencia d'esse povo toda a idéa de desconfiança e antipathia; isso está bem, parece-me perfeitamente, é muito plausivel e adequado, porque sou dos que entendem que quanto se possa obter pela acção politica, intellectual e moral, se deve intentar antes e melhor do que recorrendo á violencia. Tambem não falta precedente n'este particular, pois durante o reinado de Carlos III se estipulou, em 1778, um tratado de muito estreita alliança com Portugal, com quem se estabeleceu uma intima união politica e commercial, que ia até se garantirem mutuamente os territorios e a auxiliarem-se para esse fim na paz e na guerra, como

se ambos os paizes pertencessem ao mesmo soberano; base formosa para sobre ella se ir elaborando a total união n'um só Estado, se os nossos subsequentes governos o não tivessem perdido de vista e largado de mão.

«Mas, voltando ao acima indicado, creio tambem que, sendo a acção meramente pacifica, difficil e lenta, devemos estar resolvidos e dispostos a usar das armas, quando a occasião se apresentar favoravel e propicia, ou então como meio complementar e resolvente d'essa outra acção; sobretudo porque convem não esquecer que o interesse dynastico dos Braganças, por um lado, e por outro a conveniencia da Grã-Bretanha hão de ser poderosos obstaculos a essa pacifica acção, e hão de oppôr-se, até por meio da força, á reunião de ambos os povos n'um só Estado, embora ella fosse desejada pela consciencia portugueza.»

Sobre grandes illusões se baseia esta doutrina, que aliás tem o merecimento da franqueza. Nem existe entre a Hespanha e Portugal essa affinidade de elementos que constituem uma nacionalidade;

nem é possível, nunca o foi, obliterar da consciencia portugueza, quaesquer que sejam os meios que se empreguem, o sentimento da sua nacionalidade; nem a guerra será nunca o meio de unir os dois povos da península, que aliás lograriam em estar ligados, não n'um Estado, que isso é um sonho de doente, mas n'uma grande confraternidade de sentimentos, como dois irmãos, mas irmãos com casa á parte e liberdade propria.

*

* *

Não se comprehende que, ao passo que se dá como perfeitamente accentuada a individualidade portugueza, e tão differente e distanciada, pela sua acção divergente e independente, da individualidade hespanhola, se possa insistir, ao mesmo tempo, em apresentar os dois paizes n'uma tal «afinidade e commuidade de raça, territorio, clima, idéas, character, linguagem, religião, leis e costumes» que justifique e determine a união dos dois Estados n'um só!

Mas essa affirmação não resiste á mais superficial critica. Analysemos cada um dos referidos elementos.

É a mesma a *religião* das duas nações da península, é facto; mas a unidade da religião não caracteriza as nações; se ella tivesse de prevalecer teriamos de dividir a Europa em duas grandes nacionalidades, uma catholica, outra protestante. Além de que, comquanto domine a mesma religião em Hespanha e em Portugal, a maneira de a encarar e de a exercer é bem diversa nos dois paizes; Portugal é fundamentalmente liberal, refractario por indole e tradição ás influencias reaccionistas, e está bem longe de poder dizer-se d'elle o que Ives Guyot diz do paiz vizinho:

«L'Espagne est le type le plus complet de la civilisation sacerdotale et militaire, qui assaye de résister à la civilisation scientifique et productive.»¹

A questão das congregações religiosas foi resol-

¹ Ives Guyot. *L'Évolution politique et sociale de l'Espagne*. Pref.

vida em Portugal sem difficuldades; em Hespanha é cheia de espinhos, e produziu uma grave crise ministerial e politica no proprio momento da consagração official do novo rei D. Affonso XIII.

A mais simples observação deixa logo vêr tambem que nem as *leis*, que teem, aliás, nas suas linhas geraes, as semelhanças que podem ter com as da França, da Belgica ou da Italia; nem as *idéas*, nem os *costumes*, nem o *character*, são communs nas duas nações; o Portuguez tem a sua individualidade tão distincta da do Hespanhol que não ha meio de os confundir. Não quer isto dizer que seja melhor um que o outro; tem cada qual os seus defeitos e as suas qualidades, mas muito differentes em cada um d'elles.

Quanto ao *territorio*, se a communitade dos rios e das cordilheiras fosse razão determinante da unidade nacional, chegaríamos á conclusão de que era necessario converter n'uma nação toda a região danubiana, por exemplo, ou de retalhar ou reunir muitas das nações já constituídas, em harmonia com a especial constituição geologica das diversas regiões. A Allemanha, por exemplo, não

tem unidade no seu territorio, e é comtudo uma bella nacionalidade. «O phenomeno da organisação da Allemanha, diz Père Didon, é tanto mais digno de nota quanto esse paiz é por natureza menos disposto á unidade.»¹

Mas, mesmo geologica e geographicamente, Portugal está, por sua natureza, separado da Hespanha, possui unidade territorial. Dizem-no, com a sua incontestavel auctoridade, escriptores hespanhoes, que não podem ser suspeitos a D. Modesto Navarro. O coronel de engenharia D. Angel Rodriguez de Quijano y Arroquia confirma, no seu livro *A guerra e a geologia*, a opinião já anteriormente exposta pelo general Gomez de Arteché na sua *Geografia Militar*; por diversos criterios chegam os dois á mesma conclusão:

«Os estrangeiros crêem em geral, diz Arroquia, que entre Hespanha e Portugal não existem fronteiras naturaes, illudidos como estão pela direcção dos principaes cursos de agua da Peninsula, cujos

¹ Père Didon. *Les Allemands*, xix. 1884.

valles supõem que se vão alargando successivamente até ao mar, ao mesmo tempo que as montanhas que os enquadram vão perdendo a pouco e pouco a sua rudeza, porque é assim que as coisas se passam ordinariamente nos outros paizes; como consequencia d'este erro geographico, estranha-se que Portugal não seja uma provincia hespanhola, sobretudo se se considera quanto a união geral e reciproca de todo o territorio iberico seria uma questão vital se se tratasse de formar com a Peninsula inteira a base de uma potencia solida, que se tornaria então verdadeiramente grande e incontestavel.

«Vamos mostrar que esse phenomeno repousa principalmente sobre a constituição geologica d'essa porção da Peninsula, e é assim a causa originaria d'essas apparentes aberrações politicas. Para este effeito nada podemos fazer melhor do que transcrever aqui a passagem descriptiva seguinte, devida ao brigadeiro Gomez de Arteche:

«Ao contrario do que nos ensina a geographia physica, os rios Tejo e Douro, que se desenvol-

vem em Hespanha em mais de dois terços do seu curso, em vez de fertilizarem valles espaçosos, desfilam atravez de fendas de rochas talhadas quasi perpendicularmente por sobre as suas aguas e correm atravez de montanhas cortadas e estereis, regadas apenas por torrencias regatos que estão como que enquadados em profundas e intransponiveis ravinas.

«As montanhas pelo seu lado, em vez de se irem deprimindo de uma maneira gradual e methodica, á medida que se approximam do mar, no qual vem perder-se as suas asperezas, são quasi imperceptiveis a partir dos planaltos centraes, erguendo-se em seguida abruptas e emmaranhadas, pois os systemas parallellos que as constituem se ligam com ramaes muito asperos, que formam um dedalo inextrincavel sobre quasi todo o comprimento da fronteira. Pela mesma razão as communicações, que, ao que parece, deveriam ser curtas e faceis pelos valles, consideradas sob o ponto de vista theorico, tornam-se quasi impossiveis por essas condições phisicas, contrarias á lei commum de formação dos grandes valles e falta-lhes além d'isso

qualidade de viabilidade, em consequencia do relevo e da dureza do terreno, pelo qual se acham necessariamente flanqueados, quando cortam as asperezas que forçosamente se oppõem ao seu trajecto directo; as suas difficuldades são além d'isso accrescidas pelos obstaculos defensivos que a razão de Estado fez levantar no seu percurso.»

E o coronel Arroquia conclue:

«... que tudo se resume n'uma constituição geologica especial, unica fórma que pode permittir abraçar n'um golpe de vista commum excepções apparentes, nas quaes se cae quando se considera a questão geographica do solo portuguez sob qualquer outro ponto de vista.»¹

Outro escriptor hespanhol, o coronel D. Francisco Roldán y Viscaino, diz que «la region por-

¹ D. Angel Rodrigues de Quijano Arroquia. *La guerre et la géologie*, pag. 151-153. Tive de me servir da traducção franceza do capitão A. Joly, por não ter n'este momento presente o original hespanhol.

tuguesa geográficamente considerada tiene su razón de ser por contar con una frontera bien definida.»¹

Isto responde á theoria poetica dos «quatro grandes rios que nascem em Hespanha e vão morrer em Portugal, sendo *como quatro dedos de uma mão que alli se cravaram*»; e dos «quatro valles que se não podem cortar bruscamente em chegando á raia portugueza», phantasias de outro geographo militar hespanhol, embora de menor vulto, D. Leopoldo Barrios, que, como D. Modesto Navarro, entende que Portugal «está unificado con España a despecho suyo».²

Ha, porém, uma differença fundamental entre os dois tratadistas hespanhoes Barrios e Navarro, e é que o sr. Barrios entende que a nação portugueza «que tiene nuestro mismo origen, que ha sufrido nuestras mismas vicisitudes, está llamada, en

¹ *Estudio Estrategico de la Peninsula Iberica desde el punto de vista del ingeniero*, cap. 1, por el coronel del cuerpo, D. Francisco Roldán y Viscaino. 1897.

² D. Leopoldo Barrios. *Geografia Militar*, pag. 22.

mas ó menos largo plazo, a unirsenos, no por medios guerreros, no por conquistas, sino tranquila e pacificamente, como estamos viendo soldarse las grandes nacionalidades modernas, al calor de las vivificadoras ideas de civilizacion que germinan en nuestros tiempos». ¹ Este é pelos meios suaves e brandos, pelos quaes sou tambem, não para a uni-

¹ A esta escola pertencem alguns outros escriptores hespanhoes, entre outros o sr. Rafael de Labra, que diz: — «yo iberista entusiasta, declaro y declararé que renuncio completamente à la realizacion de mis deseos, si para ello necesitamos herir las susceptibilidades y violentar la voluntad y mermar las actuales libertades del pueblo lusitano.» (*Portugal Contemporaneo*. Madrid, 1884.) É pena que este escriptor esteja tão obcecado com a idéa preconcebida, e tão de adrede fomentada no seu paiz, dos males que a Portugal advem da *influencia ingleza*, ao ponto de dizer o seguinte: — «Por otro lado, nuestros gustos y nuestros costumbres apenas se separam fuera de dos puntos. El uno es el de la mayor viveza que advierto en nuestro país. Aquí la balanza se inclina de nuestro lado. El otro es la aversion que los portugueses demuestran cada dia mas al ruido, al alboroto, a los motines, a las algaradas, a los procedimientos de la violencia. Aquí toda la ventaja está de su parte. De donde proviene esto? Talvez de la influencia inglesa de estos cien ultimos años . . .» Chama-se a isto um cumulo de critica! Se, ao contrario dos hespanhoes, somos pacatos, serenos, ordeiros, é por causa da influencia da Inglaterra! É isto que a nosso respeito se ensina em Hespanha!

ficação dos dois estados, mas para a sua aproximação affectiva; n'esse sentido tem sido sempre a minha propaganda no campo das letras e da imprensa.

Note-se, porém, pelas citações de auctores hespanhoes que vamos fazendo, como no reino vizinho se faz a propaganda para a absorção de Portugal, n'uma grande variedade de formulas, mais ou menos attrahentes, mais ou menos imperiosas.

Para corroborar a opinião de que, até sob o ponto de vista do territorio, ha a differenciação indicada pelos srs. Gomez de Arteche, Arroquia e Vizcaino, poderíamos ainda citar as opiniões do geographo militar francez Marga, de Éliseé Reclus e outros.

Foi a propria natureza que determinou a separação das duas nações; a historia veio depois consolidal-a e assental-a para sempre, aproveitando as condições naturaes.

E a *linguagem*? É ousada a affirmação de que ella é commum entre as duas nações. A differenciação local, que se deu em muitos pontos da Peninsula, já se nota mesmo no latim barbaro, mas

accentuou-se cada vez mais com o tempo, e o grande facto da idade média na Península, sob o ponto de vista glotologico, é a existencia de duas grandes linguas: uma a occidental, falada em Portugal e na Galliza, e mais tarde diferenciada pela sua vez, isto é, a lingua dos *Cancioneiros* da Ajuda e do Vaticano, a lingua da poesia lyrica, adoptada por Affonso o *Sabio* de Castella na sua côrte; e a outra, a lingua do occidente, falada em o resto da península, a lingua da poesia epica, como a do *Poema del Cid* e outros.

Não me refiro, é claro, nem ao basco, de remotas raizes peninsulares, nem tão pouco ao mirandez, dialecto intermediario, nem ao catalão, dialecto provençal, consequencia da dominação franceza e da infiltração da linguagem do sul da França.

Portanto, tambem a lingua portugueza, modificação da antiga lingua occidental da Península, é muito differente da lingua castelhana; tem com ella apenas as relações que teem entre si todas as linguas de origem latina; entram ambas no grupo pan-latino como o catalão, a lingua d'oc, a lingua d'oïl, o italiano, o rumeno, etc.

«Se as raças não caracterizam as nações, diz Mortillet, menos as caracterizam as linguas. A unidade da linguagem, constituindo um principio de unidade nacional, é uma formula politica que pode ser cheia de chauvinismo, mas que é falsa e não tem o menor fundamento.»

E mais adiante:

«E além d'isso, como limitar esse pretendido principio? As linguas dividem-se em linguas mães, em linguas derivadas, provenientes das linguas mães, e em idiomas, alterações mais ou menos profundas das linguas mães e derivadas. Onde deve parar a acção? Deve abraçar todo o grupo, ou apenas uma parte?»¹

Portanto, mesmo que a linguagem em Portugal e em Hespanha fosse identica, que não é, não se podia applicar o criterio linguistico á constituição da nacionalidade iberica, porque n'esse

¹ Gabriel de Mortillet. *Formation de la Nation Française*. Intr.

caso teríamos de constituir a Europa e o mundo em poucas grandes nacionalidades, segundo as linguas principaes que n'ellas dominam, e tínhamos de retalhar as nações já constituídas, e onde o sentimento da nacionalidade está profundamente arraigado, taès como a Suissa, onde se fala o allemão, o francez e o italiano; a Belgica, onde se fala o val-lão e o flamengo; a França, onde ao norte se fala a lingua d'oil e ao sul a lingua d'oc, cada uma d'ellas com diversos dialectos e idiomas, falando-se ainda na Bretanha uma lingua que se liga com a da Grã-Bretanha e da Irlanda. Imagine-se a revisão profunda que se teria de fazer só na carta da Europa, se, obedecendo a esse criterio, tivessemos de dividir a Belgica entre a França e a Allemanha, a Suissa entre a Allemanha, a França e a Italia, passar, por exemplo, a Catalunha para a França, parte da Bretanha para a Inglaterra, e dar á Italia, além do Trieste austriaco, o cantão suíço do Tessino, a Corsega e Nice francezas, e a Malta ingleza!

Mas se a linguagem, na sua unidade, pode ser realmente um caracter fundamental das naciona-

lidades, então esse caracter não o tem a Hespanha, onde o castelhano, o catalão, o gallego são individualidades perfeitamente distinctas; mas possui-o Portugal, cuja lingua, una e bella, creou uma das mais ricas e originaes litteraturas do mundo, lingua que a palavra magica de Antonio Candido definiu assim:—«Serve a tudo: á epopeia e ao idyllio; á lamentosa elegia e ao cantico de guerra. Passando pelas cordas de uma lyra, é suave e doce como a voz do amor; assoprada na tuba epica, é vibrante, sonora, e grandiosa ou terrivel segundo os themas que versa, as acções que conta, ou os heroes que celebra. O sol doura-a, illumina-a, aquece-a; e a nossa paizagem, tão variada e linda, tão florida e perfumada, reflecte-se n'ella como na superficie clara dos nossos rios, e nas ondas, de tanta côr, das nossas praias.»¹

José de Sousa Monteiro, o primoroso burilador do verso e da prosa portugueza, diz, referindo-se a Gil Vicente:

¹ *Discurso proferido no theatro de S. João, na cidade do Porto, na noite de 19 de maio de 1900.*

E provou ser, na força e na belleza,
que o coração subjuga e a mente enleia,
a lingua portugueza
prompto, docil, finissimo instrumento
da mais segura traducção da ideia,
da mais quente expressão do sentimento.

Nem esse mesmo caracteristico de unidade, se o reputam indispensavel, falta a Portugal.

Carece, porém, d'elle a Hespanha, que tambem n'esse ponto se não pode comparar com a Allemanha, como D. Modesto pretendeu fazer, porque na Allemanha a linguagem é una; e se em França «o poder politico, a pouco e pouco, de seculo em seculo, fundiu os idiomas e creou a unidade da lingua, do outro lado do Rheno passou-se o contrario: foi a unidade da linguagem a base das ambições nacionaes e o pretexto da unidade politica.»¹

Do mesmo modo que a linguagem, a *raça* não caracteriza as nacionalidades. A Suissa compõe-se de quatro raças distinctas; na França ha populações dolichocephalas, principalmente ao norte, e

¹ Père Didon. *Les Allemands*, xix. 1884.

brachycephalas na Saboya, em Auvergne e na Bretanha.

Ha mesmo com respeito a raças problemas curiosos, como o dos bascos, nas regiões dos Pyreneos, com uma identidade absoluta de linguagem, mas *dolychocephalos* na Hespanha e *brachycephalos* na França. Individuos de uma determinada raça misturam-se, como na Bretanha, com os de outra em regiões onde se fala uma determinada lingua, apresentando assim uma completa divergencia entre os caracteristicos ethnicos e os linguisticos. A raça germanica, por exemplo, está grupada em muitas e variadas formações com typos, aptidões e espirito differentes. «Os que falam na unidade da raça, pergunta Père Didon, esqueceram-se porventura que o solo allemão, aberto aos quatro pontos do horizonte, soffreu a infiltração das raças mais diversas: latinos no sul, slavos a leste, e tartaros no norte?»¹

O mesmo escriptor observa que «a ambição nacional, que lentamente germinou na Prussia e fez

¹ Père Didon. *Les Allemands*, xix. 1884.

d'esse pequeno Estado esmagado o reino dominante da velha Confederação germanica, jámais tornará a desenvolver-se no temperamento tranquillo e adoçado da Allemanha do sul.»

«Ha mais sangue germano nas populações das costas do mar do Norte e do Brandeburgo. Aquelles rostos largos, aquelles craneos quadrados, aquelles typos por vezes trigueiros, aquella ossatura proverbial levam a pensar n'um outro sangue e lembram as velhas hordas tartaras. Seja como fôr, e sem remontar ás origens d'essas raças, sem ir retomar a historia a seculos tão remotos, sem mesmo ir até a essa Allemanha que Madame de Staël pinta com tão attrahentes côres, e considerando apenas o allemão de hoje, elle apresenta mais de um traço caracteristico cuja descripção ajuda a comprehender a poderosa nação que se ergue e se engrandece no centro da Europa.»¹

A Allemanha moderna é pois o resultado da fusão de muitas raças e o producto da unificação

¹ Père Didon. *Les Allemands*, iv.

espiritual e affectiva de muitos elementos diversos. Como pode, portanto, a Hespanha appellar para o criterio da linguagem ou da raça para a forçada ligação de dois povos irreductivelmente separados?

«A nacionalidade é uma união politica voluntaria ou accete de bom grado, diz Mortillet, baseada sobre sentimentos e interesses communs. As nacionalidades não se criam por meio de simples conquista. Assentam sobre bases bem diversas da conquista brutal. As nacionalidades ligam-se essencialmente a questões de sentimento e de interesse. De modo que as verdadeiras nacionalidades tem uma grande vitalidade e mantem-se vigorosamente apesar das differenças de linguas e de raças.»

Estes são os bons principios; o que não quer dizer que uma nacionalidade como a portugueza não seja muito mais bem definida quando possua uma lingua una, formada e fixada pela sua litteratura, e uma raça que, senão ethnicamente, pelo menos psychologicamente, se integrou por fórmula a apre-

sentar hoje nitidos caracteristicos communs de sentimentos, de aspiração, de indole e de costumes.

Não só com argumentos proprios, mas com os colhidos de auctoridades incontestaveis, vou pois mostrando ao coronel D. Modesto Navarro os vicios profundos e constitucionaes das suas doutrinas.

*

* *

Falta analysar um outro elemento que D. Modesto Navarro pretende ser affim ou commum nos dois paizes: a *historia!*

Se ha alguma coisa que bem clara e positivamente determine a separação e autonomia propria das duas nações peninsulares é a sua historia.

Não nos embrenhemos nos factos que puzeram em evidencia, desde remotos tempos, o sentimento regionalista de diversos povos da Peninsula, e muito especialmente na região que foi o nucleo da monarchia portugueza; comecemos no periodo verdadeiramente genesico das nacionalidades peninsulares, o seculo XII. Para que se não diga que faço asserções sem as devidas bases de investiga-

ção e de critica, recorro á opinião auctorizada de Alexandre Herculano, o grande historiador consciencioso e grave, que ninguem pode accusar de *chauvinismos* patrioticos. Falando do periodo em que a viuva do conde D. Henrique ficara senhora do condado por morte do marido, usando promiscuamente nos seus diplomas do titulo de infanta e de rainha, escreve:

«Mas considere-se Portugal n'aquella época ou como condado, ou como provincia, ou como reino, é certo que os povos derramados por todo o tracto da terra desde o Minho até o Mondego começavam a deixar perceber já na segunda e terceira decadas do seculo XII certo character de nacionalidade que não é possivel desconhecer. Os successos politicos mostram-no melhor que nenhum outro indicio. Nas guerras civis a que o mal-fadado consorcio de D. Urraca e de D. Affonso I deu origem, e que se prolongaram por tantos annos, as dissensões não rebentavam entre um ou outro Estado, entre uma ou outra provincia, mas nasciam de districto para districto, de castello para

castello, e quasi de individuo para individuo. . . A Galliza, cuja historia relativa áquelle periodo chegou até nós mais particularisada que a das restantes provincias, não nos offerece outro quadro. Leão ainda nos ultimos annos d'esta sanguinolenta lucta apresenta quasi o mesmo espectáculo. . . Portugal, porém, no meio de taes divisões, conservou sempre um notavel aspecto de unidade moral. Fosse qual fosse o partido a que elle se associasse, todos os barões se mostravam conformes, ao menos passivamente, com o systema de que, debaixo d'esse aspecto, podemos chamar politica externa do paiz. . . Assim o pensamento de desmembração e independencia, que é visivel existir já nos animos de Henrique e de sua viuva, e que veiu a realisar-se completamente no tempo de Affonso Henriques, é um pensamento commum ao chefe do estado e aos membros d'elle, sendo talvez os actos dos principes ainda mais o resultado da influencia do espirito publico do que a manifestação espontanea da propria ambição.»¹

¹ Alexandre Herculano. *Historia de Portugal*, t. 1.

Ninguém poderá contestar Herculano n'este ponto.

Sobre essa influencia do espirito publico se baseou a ambição pessoal do principe, que, tendo-se engrandecido pelo prestigio das armas, engrandecendo o paiz que adoptara, realizou o sonho de independencia dos barões e ricos homens que combatiam ao seu lado, e eram os verdadeiros representantes da opinião. A genese da nacionalidade portugueza tem portanto a sua psychologia propria que explica o seu poder crescente em resistir a todos os esforços no sentido de lhe absorver a individualidade ou de lhe destruir a unidade.

Não basta a ambição ou a vontade de um homem para se chegar a esse resultado; é indispensavel que essa vontade individual se firme n'uma força collectiva, na opinião d'aquelles que, por qualquer fórma, representam o espirito e o querer da collectividade; foi essa a força que impulsionou mais tarde D. João I, Nuno Alvares Pereira, D. João IV, o Marquez de Castello Melhor, o Marquez de Pombal, e os revolucionarios de 1820.

Assim nasceu Portugal, com elementos de força

propria e uma individualidade tão accentuada que não só continuou por sua conta a grandiosa obra da reconquista na zona que naturalmente estava indicada como theatro da sua acção, mas conseguiu manter sempre em respeito as ambições do estado que adquirira a hegemonia militar sobre os outros estados da península, indo a pouco e pouco annexando-os e absorvendo-os com maior ou menor facilidade, conforme a resistencia dos elementos locais. Em Portugal esses elementos tinham-se integrado n'uma vontade commum, que com o tempo se fortalecia cada vez mais, até se tornar impossivel abalal-a ou destruil-a. A vontade das nações é a razão suprema, ineluctavel, da sua existencia.

«A nossa autonomia, que nasceu desmembrando-se do corpo peninsular, por actos de vontade energica dos principes primeiro, e do povo depois, diz Oliveira Martins, a nossa autonomia viverá emquanto nós proprios quizermos que viva, pois as idéas accetes quanto á soberania assentam já no alicerce definido da vontade dos cidadãos.»

E Oliveira Martins foi dos escriptores que em Hespanha passou por ser affecto á idéa do ibe-rismo.

Quer nas antigas formações nacionaes, como as da velha Europa, quer nas modernas, como na America, é a affinidade dos sentimentos a força aggregativa, o cimento das nacionalidades: nas an-tigas, o sentimento da patria, nascido das alegrias e tristezas vividas em commum; nas modernas, o sentimento da moral, da religião, da sympathia pe-los habitos e costumes. A affinidade dos sentimen-tos é ainda hoje, no oeste dos Estados Unidos, diz Bagehot, um agente de selecção e um meio de co-hesão; as cidades alli formam-se e crescem porque cada localidade tem a sua religião, os seus usos, as suas maneiras, a sua moral; os que não encon-tram essa affinidade afastam-se e vão-se estabe-lecer n'outro ponto.¹

Ainda Castella andava na labuta da absorpção dos outros estados peninsulares e na guerra aos musulmanos, que sustentavam e defendiam os

¹ W. Bagehot. *Lois scientif. des develop. des nations*. Liv. III, 1.

seus ultimos reductos em Hespanha, e já Portugal, lançando para Africa ou subjugando os sarracenos do Algarve, arredondava os seus dominios dentro da zona geologicamente caracteristica, definida por Artheche e Arroquia, e punha o pensamento e a acção em empreendimentos mais altos, que não seriam só do seu proveito, mas de toda a humanidade; e ainda lhe sobravam energia e força para auxiliar Castella nas suas guerras de conquista, sem d'ahi auferir nenhuma vantagem material, como na batalha de Navas de Tolosa, onde figuraram as nossas tropas concelhias, e em Salado, onde

La esquierda costanera
Levava el rey de Portugal

e onde luziam

Ricos omnes de grant guisa
De Castiella la rreal,
Infançones de Galicia
E cavalleros de Portugal.¹

Em auxilio e reforço do *leão coroadado* de Cas-

¹ *Poema de Alfonso Onceno.*

tella acudia o *leão dormente* que no occidente da Peninsula reinava sobre um povo que a esse tempo, repousado das luctas no continente, já andava na exploração dos mares, costeando-os, como aguia que está ensaiando as azas para mais altaneiros vôos.

Despertara el leon dormiente
Que ovo dormido a grand sason.¹

Já no tempo de Affonso III, Portugal, mal descançado ainda das luctas sustentadas para a integração do reino, livre dos perigos vindos do lado de Castella ou da Moirama, começava de trabalhar na sua grande obra maritima, que o havia de constituir n'um dos factores mais poderosos do Renascimento. Com a exploração dos cabos Não e Bojador; com as algaradas no mar, expulsando d'elle as lendas tenebrosas e os horriveis phantasmas medievos que serviam de empecilho aos progressos da navegação; com a descoberta da ilha da Madeira; com as empresas militares em Africa, a começar pela tomada de Ceuta em 1415, Portu-

¹ *Poema de Alfonso Onceno.*

gal ia preparando, persistente e methodicamente, o terreno para os famosos descobrimentos em que a Hespanha havia de ter partilha, por um feliz acaso da fortuna.

«É certo, diz um escriptor illustre, o dr. Zeferino Candido, que, no facto de Colombo, Hespanha entra mais como jogador feliz do que como factor systematico da conquista. Colombo não era hespanhol, nem de raça nem de educação. Problema algum conducente á grande solução fôra solvido em Hespanha. Ainda não havia lá tendencia sequer para semelhantes empresas, quanto mais idéas patrioticas para executal-as. Ahi sim que o *mero acaso* tem para si uma parte de valor.»¹

O grande problema da navegação era brilhantemente iniciado pelo infante D. Henrique, e fortemente impulsionado por D. João II; da escola for-

¹ *Brazil*, pelo dr. Antonio Zeferino Candido, pag. 15. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1900.

mada por este rei era Colombo, até certo ponto, um discípulo.¹

¹ «Vencidas as primeiras, mais urgentes, necessidades do reino, D. João II lança mão de mestre á grande obra, revestindo-a e acompanhando-a de todas as condições moraes e materiaes de que ella carecia. Vem de fóra Martim Behaim, o melhor cosmographo conhecido, e, com elle, com dois judeus entendidos e alguns bispos viajados, fórma no proprio paço essa tão celebre academia de nautica, que dirige, inventa, aperfeiçôa e organisa. O rei preside a todos os trabalhos, estuda, discute, aprende e dirige a seu turno, tornando-se o verdadeiro mentor espiritual d'esta aggremação scientifica. . .

«Diogo de Azambuja, Diogo Cão e Bartolomeu Dias são tres figuras perfeitamente equivalentes e da mesma necessidade á caracterisação da obra de D. João II. São tres homens, entre muitos, entre dezenas de outros, que podemos destacar como discipulos d'esta escola, authenticada e fecunda, com o direito de pedir da escola de Sagres alguem que se lhes possa comparar; em sciencia nautica e harmonia de mentalidade, em identidade de processos, em valor moral e material da sua obra, Colombo era e confessava-se filho d'esta escola; aos marinheiros de D. João II tinha por mestres ou por eguaes. Cadamosto considerava-se um mentor, um sabio, um mestre dos primeiros navegadores do infante, com quem trabalhou. Este facto não abona Cadamosto em superioridade a Colombo; seria insania. Este facto abona a escola e a época de D. João II sobre a época e a escola do infante.» (*Brazil*, pelo dr. Antonio Zeferino Candido, pag. 13. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1900.)

«Portugal é o centro onde, pelo decurso de todo o seculo xv, se preparam as forças impulsionaes d'este extraordinario movimento, onde se accumulam todos os materiaes para a assombrosa missão, onde se definem e caracterizam as resoluções audazes para tão altos commettimentos. Se, na historia das realizações, a fama e a gloria se repartem, a Hespanha se emparelha, chega mesmo, pelos resultados immediatos, a anteceder Portugal, não se esqueça que nada pertence a Hespanha no que a obra tem de mais amargo, de mais trabalhoso, de mais difficil e desanimador, na quadra rigorosa da elaboração, no periodo ingrato das preparações instruccionaes.»¹

São factos incontestaveis! E com respeito á Africa e ao Oriente a nossa primazia é absoluta.

Eramos já Portugal, nação e estado, antes da Hespanha ser Hespanha, isto é, antes da Hespanha ser um estado unico, e preparavamos e reali-

¹ *Brazil*, pelo dr. Antonio Zeferino Candido, pag. 4. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1900.

zavamos o movimento da Renascença antes da Hespanha poder sequer pensar n'isso. Reconhecem-o e confessam-o os proprios hespanhoes: — «hay que convenir en que lo que Portugal hace en un cierto periodo de sua historia, dadas sus circunstancias y condiciones, supéra, como legendario, à lo que se hace en lo resto de la Peninsula. . . Se necesitara um testimoneo irrecusable, invocaria le de los mismos españoles, que en punto à audacias pasan justamente por maestros y han crecido en el teatro de lo asombroso. Á ellos mismos les pareció imponente la iniciativa lusitana, y la sabiduria popular la selló con aquel viejo refran que dice: «Portuguezes pocos y locos.»¹

Por qualquer fórma e em qualquer ponto importante que se encare a historia de Portugal, não só não ha meio de a confundir com a historia do vizinho reino, mas encontramol-a com uma característica tão alta de valorisação nacional que lhe dá o direito de prezar e defender a sua independencia como um thesouro inestimavel.

¹ R. de Labra. *Portugal Contemporaneo*, pag. 18 e 20.

Depois do seculo xvi accentuaram-se as divergencias politicas entre os dois reinos da Peninsula pelo facto da Hespanha ter entendido dever aproveitar o desastre de Alcacer Quibir para realizar o seu secular sonho da absorpção de Portugal. Na historia os dois povos só se encontram para combater. A conquista d'este reino, tendo como consequencia o perdermos todos os nossos seculares direitos e regalias, o custearmos despezas, o desfalcarmos a população e os haveres do paiz em guerras que nos não interessavam nem nos davam proveito, e a perda de algumas nossas colonias, além da quebra dos pactos solemnes porque se fizera a união; as longas guerras da independencia em que tivemos de affirmar pelas armas a nossa autonomia, posteriormente ás novas tentativas da Hespanha contra nós, como na guerra do *pacto de familia*; a guerra que ella nos declara em 1801, para nos pagar generosa o auxilio que em 1796 lhe enviámos á Catalunha; o tratado de Fontainebleau, em que a Hespanha, de combinação com a França, risca o reino de Portugal do mappa das nações; as sondagens junto dos gover-

nos estrangeiros em relação á nossa autonomia, como a intentada pelo ministro hespanhol junto do governo inglez em 1873,¹ prova de quanto, ou sejam republicanos ou sejam monarchicos, todos em Hespanha commungam nas mesmas aspirações da absorpção de Portugal, não eram factos

¹ Em 1888 apresentou o governo inglez ao parlamento uma serie de documentos relativos aos tratados e convenções vigentes com as diversas nações; n'essa interessante collecção vem publicado, juntamente com os tratados ainda em vigor entre a Inglaterra e Portugal, e que datam desde o seculo xv, a seguinte nota do governo inglez, que é necessario seja conhecida do nosso publico :

Despatch from Earl Granville to Her Majesty's Minister at Madrid (also to Her Majesty's Minister at Lisbon).

(Extract)

Foreign Office, February 19, 1873.

The Spanish Minister called upon me on the 15 th instant, and said, in the course of conversation, that he desired to speak to me on a delicate matter.

It was known, he said, that there was a disposition on the part of the Republican party in Spain towards an union with Portugal, and there were some Republicans in Portugal who would be ready to assist in such a project. If it was generally believed in Spain

para crear mutua confiança e desafogo. A nossa alliança com a Inglaterra é a Hespanha quem a fomenta e cimenta. Comtudo a força da sympathia tem feito esquecer muita coisa, e destruir muitas prevenções.

Esquecem-se de bom grado os antigos aggra-

that such a project could be carried out without opposition from Europe, the Spanish Government might not be able to stop some aggressive movement.

He said that he did not put any question to me that required an answer, but was glad to give me an opportunity of saying anything that occurred to me.

I said that the best answer that I could give him was to state that Great Britain had always disclaimed the wish to interfere in the internal affairs of other countries; but there were Treaty engagements between Portugal and Great Britain to defend Portugal against external aggression, and that the Spaniards could not count upon the indifference of England to an external attack upon Portugal.

I believed that to be answer to his question.

Traducção

Despacho do Conde Granville ao Ministro de S. M. em Madrid
(e tambem ao Ministro de S. M. em Lisboa).

Foreign Office, 19 de Fevereiro de 1873.

O Ministro de Hespanha procurou-me em 15 do corrente, e,

vos, attenua-se a memoria das dissensões do passado, das luctas e das tristezas; mas «debilitar ou apagar no coração portuguez o sentimento da sua nacionalidade» isso nunca! «Durante os sessenta annos da nossa sujeição aos Filippes de Hespanha, diz Antonio de Serpa, continuou a exis-

no decurso da conversação, declarou que desejava fallar me em assumpto delicado.

Era sabido, disse, que no partido republicano em Hespanha havia disposição para uma união com Portugal, estando em Portugal alguns republicanos dispostos a prestar auxilio a esse projecto. Se em Hespanha se acreditasse que um tal projecto poderia ser realisado sem opposição da Europa, o Governo hespanhol não estaria apto a dominar algum movimento aggressivo.

Declarou que não formulava uma pergunta que exigisse resposta, mas estimava fornecer-me oportunidade para lhe expôr o que se me offerecesse.

Disse-lhe que a melhor resposta que podia dar era declarar que a Grã-Bretanha nunca mostrara desejo de intervir nos negocios internos de quaesquer paizes; que existiam, porém, compromissos affirmados em Tratados entre Portugal e a Grã-Bretanha para esta defender Portugal contra aggressão externa, e que os hespanhoes não podiam contar com a indifferença da Inglaterra perante um ataque contra Portugal.

Julguei que isto era uma resposta á sua pergunta.

(*Miscellaneous*, n.º 2 — 1898 —, p. 79.)

tir perfeitamente distincta a nacionalidade portugueza»,¹ e é bem certo. Se o passado provou soberbamente que não era possível destruir o espirito d'esta nacionalidade, o futuro melhor o provará; porque, como o homem, as nações quanto mais vivem mais radicado encontram na consciencia o sentimento da liberdade!

Sobre essa base, irreductivel, do respeito pela nossa independencia, a Hespanha pode contar sempre com a sympathia e com o affecto de Portugal; e se realmente ella quer afugentar do coração do povo portuguez todo o sentimento de desconfiança, ponha ponto terminante a essa propaganda que de longa data, e por diversas fórmas, se promove contra a nossa nacionalidade, e dê-nos provas seguras de não attentar contra a independencia d'este pequeno, mas nobre e honrado povo, que tem tanto direito a viver como a Hespanha.

E a formula é a seguinte, definida pelo saudoso e eminente estadista conde do Casal Ri-

¹ Prefacio no livro *A nossa independencia e o iberismo*, por Accacio Rosa.

beiro, embaixador de Portugal em Hespanha, tão afeiçoado a este paiz, onde até houve quem o reputasse iberico:— «Haverá agora um mez, dizia elle em 22 de março de 1893, me fazia justiça plena, honrando-me aliás com exaggerado favor de apreciações, o meu amigo, distinctissimo professor da Universidade de Madrid, sr. Sanchez Moguel, nas columnas da *Ilustracion Española y Americana*. Referia com bastante exactidão a summula de uma conferencia celebrada, em 1866, entre mim e o general Calange, sendo então ambos ministros dos negocios externos, elle de Hespanha, eu de Portugal. Somos dois irmãos maiores (era esta a minha formula) que ha largo tempo fizeram partilhas, pozeram casa á parte, e fundaram as respectivas familias. Como irmãos devemos viver em paz, governando cada um a sua casa, conforme as suas peculiares necessidades, mas auxiliando-nos sempre com verdadeiro affecto em todos os assumptos de interesse commum dentro e fóra da peninsula.»¹

¹ Conde do Casal Ribeiro. Carta a abrir o livro: *A nossa nacionalidade e o iberismo*, de Accacio Rosa.

*

*

*

Vejamos agora qual tem sido o papel de Portugal em todas as occasiões criticas por que tem passado. Em 1697, poucos annos volvidos depois das renhidas guerras da Restauração, enviámos alguns regimentos a Hespanha, para servirem contra os mouros; quando em 1793 a França revolucionaria invade Catalunha, uma forte divisão portugueza vae em auxilio dos nossos vizinhos e distingue-se na campanha de Roussillon, concitando os resentimentos da França, que com uma das facções da propria Hespanha se liga poucos annos depois para nos invadir e subjugar; em 1835, ao vêr-se a rainha de Hespanha D. Christina a braços com o carlismo triumphante, vae uma divisão portugueza, sob o commando do conde das Antas, auxiliar o governo constituido no restabelecimento da paz e da legalidade. É o mesmo impulso fraterno que outr'ora levava D. Sancho I de Portugal a enviar gente portugueza a auxiliar Af-

fonso IX de Castella na campanha de Alarcos, D. Affonso II a concorrer nas Navas de Tolosa com os seus peões concelhios, e Affonso IV a ir pessoalmente com um exercito até Salado, sem nenhuma recompensa; com a differença, porém, de que n'esse tempo ainda se podia dizer que todos concorriam para a victoria de uma causa commum: o exterminio dos mouros da Hespanha. Mas no fundo havia o mesmo sentimento de affecto mutuo, de solidariedade de sentimentos, de attracção affectiva que liga os dois povos, sempre que não existe a ameaça d'aquillo que qualquer d'elles tem de fundamental no seu brio.

Não ha desgraça, não ha catastrophe, não ha nenhuma grande contrariedade que afflija o povo nosso vizinho e irmão que não encontre repercussão immediata no coração portuguez. Veja-se o que succedeu em todas as guerras civis do seculo passado, que agitaram e atormentaram a Hespanha. Como os seus emigrados eram entre nós recebidos e tratados; como aqui se organisaram touradas, representações, subscripções, para lhes attenuar os infortunios, e como todos, governo e par-

ticulares, eram movidos pelo interesse e pela sympathia! Veja-se o que succedeu por occasião das inundações de Murcia e dos terremotos da Andaluza. Toda a alma portugueza vibrou então de piedade e de dó, como se se tratasse de regiões do seu paiz! E que bello foi o espectaculo dos soldados portuguezes que concorriam com o seu obulo para as subscrições, e da mocidade das escolas que organizaram kermesses e peditorios para acudir ás victimas das desgraças!

E quando foi da guerra da Hespanha com os Estados-Unidos, onde, como em Portugal, palpitou no coração de todos, em todas as classes, o sentimento do interesse profundo e de sympathia enorme pela causa da Hespanha?

Em vespervas do centenario de Vasco da Gama fôra declarada a guerra; no dia da grande festa nacional realizava-se o cortejo civico, que era a manifestação solemne e publica do despertar da alma popular ante a memoria de um vulto que relembra a sua passada grandeza. Suas Magestades assistiam das tribunas, tendo ao lado todo o corpo diplomatico. O povo, na passagem, depois de sau-

dar respeitosa-mente os seus reis, delirantemente acclamava o representante de Hespanha; os estudantes atiravam-lhe com as capas; e, caso curioso, o ministro dos Estados-Unidos, homem bom, que comprehendia e respeitava aquelles sentimentos de fraternidade, era o primeiro a colher as capas para as entregar aos seus donos.

Mais tarde, quando a esquadra do almirante Cervera partia para Cuba, era em Cabo Verde que encontrava todos os principaes elementos para o seu abastecimento e mobilisação; era, se pode dizer, Cabo Verde o seu ponto de apoio e base de operações.

Fosse Portugal uma nação poderosa e a Hespanha não teria succumbido!

Ora um povo assim, que por tantas fórmas tem manifestado o seu affecto e estima pela Hespanha, não merece as sentenças condemnatorias e as propagandas hostis e injustas que contra elle se fazem e das quaes se quer constituir em almogávar descaravel o coronel D. Modesto Navarro.

Um velho amigo meu, hespanhol pelo sangue, mas tambem portuguez pelo coração, que pela

longa estada em Portugal conhece a indole portugueza, a nossa sympathia por Hespanha, e tambem as nossas susceptibilidades, falando dos factos que deixo referidos, e a que se responde com manifestações de hostilidade, como aquellas que me obrigaram a vir á estacada, lembrava-me um dito de Canovas del Castillo, a proposito d'estas incoherencias de todos nós, os peninsulares:—*Es una jaula de locos, un manicomio sin portas!*

É bem verdade! O que nós podiamos ser se tivéssemos juizo!

*

* *

Antes de concluir cumpre-me dizer algumas palavras para bem accentuar e explicar a razão e os intuitos que me levaram a responder ao coronel D. Modesto Navarro n'aquella parte preambular do seu estudo da fronteira hispano-portugueza, onde formúla o seu libello e a sua sentença de morte contra a nossa nacionalidade.

Se ha nação que me mereça sympathia e affecto é a Hespanha. Como professor, como historiogra-

pho, como jornalista, ao estudo das coisas de Hespanha, principalmente no que respeita ás suas seculares relações comnosco, tenho dedicado o melhor do meu esforço e da minha boa vontade. Todo o meu trabalho tem sido corrigir erros, afastar malquerenças, desfazer desconfianças. Na minha cadeira, ao mesmo passo que procuro pôr bem em evidencia a individualidade portugueza, tão nitida e inconfundivel na historia, aprofundo as antigas origens e friso os pontos de parallelismo historico entre os dois povos da peninsula; nos meus trabalhos de investigação e de estudo, ao par das fontes portuguezas, busco sempre as boas fontes hespanholas; na imprensa, individualidades e assumptos hespanhoes encontram em mim sempre preferencia, não só pelos amigos que tenho, e muito prezo, no reino vizinho, mas porque entendo ser a ambos prejudicial este desconhecimento mutuo, este afastamento em que os dois povos vivem, sem nada saberem dos seus homens, das suas lettras, da sua acção, do seu pensamento.

Na minha ultima *Memoria*, publicada pela Academia Real das Sciencias, na qual edito pela pri-

meira vez, tanto em Hespanha como em Portugal, um capitulo da obra inedita do erudito escriptor hespanhol do seculo xviii, padre Martin Sarmiento, *Historia e Geografia de Galicia*, capitulo que trata das estradas militares romanas de Braga a Astorga, puz as seguintes palavras, a proposito do que a Real Academia de Historia de Madrid tem feito para estabelecer relações mais intimas com Portugal:

«Não será de mais que a nossa Academia, correspondendo a essas, para nós portuguezes, tão gratas demonstrações de cordialidade e de solidariiedade intellectual, permitta que um dos seus mais modestos socios,— o qual tem a honra de ser tambem da referida Academia hespanhola,—concorra com esta pequena offerenda ao altar votivo da confraternidade peninsular.»

Saudando o novo monarcha hespanhol por occasião das festas do seu juramento, eu expressara sinceramente os meus sentimentos por esta fórma, ao definir e pôr em relevo na imprensa portugueza a significação do acto que se celebrava e as espe-

ranças que sobre elle se podem legitimamente fundar:

«Foi Portugal uma das primeiras nações a expressar a sua sympathia á actual Casa Real de Hespanha, e o Senhor Infante D. Affonso, Duque do Porto, vae representar El-Rei n'esse acto solemne. Não podia deixar de pertencer a Portugal essa primazia nas manifestações de regosijo, dada a primazia de antigas relações de parentesco e confraternidade entre as duas nações peninsulares. . . .

«O joven Rei, educado com esmerado desvelo para reinar, toma as redeas do Estado n'um momento de renascimento das energias da nação, e com a fé, o enthusiasmo e os brios proprios da sua idade, da sua educação e das tradições do seu paiz, temos fé que fará com que essas energias, longe de se desbaratarem inutilmente em guerras civis e coloniaes, contribuam, n'um largo periodo de tranquillidade interna e de paz exterior, para augmentar a riqueza, a prosperidade e o prestigio da patria hespanhola.

«São estes os nossos votos sinceros, não só pelas antigas ligações de affecto que unem as duas nações peninsulares, mas porque em Portugal naturalmente se reflectem, como as tristezas e as dôres, as alegrias, o bem-estar e as prosperidades da Hespanha, vizinha, amiga e irmã.»¹

E n'outro lugar:

«Os melhores sentimentos acompanham n'este momento, em todo o mundo, o advento do novo reinado; a Hespanha tem, pela sua historia, que é das mais bellas nos annaes da humanidade, direito á consideração e ao affecto de quantos prezam o que na humanidade representa verdadeiros factores de utilidade e progresso.

«N'esses sentimentos a melhor partilha tem de caber a Portugal, que, por tantas razões, está, e deve continuar a estar, mais perto do coração da Hespanha, encontrando n'elle justiça e bemquerença aos seus desejos de manter sempre a maior

¹ *Jornal do Commercio*, de Lisboa, de 13 de maio de 1902.

cordialidade de relações e de affectos, dentro da esphera independente de cada nação.»¹

Ora quem pensa e procede assim não pode ser acoimado de malquerença para com o vizinho paiz, antes se lhe deve a justiça de ter sido um dos constantes propagandistas da união intellectual e affectiva das duas nações, as quaes não seria para estranhar que, se não fosse a obra dissolvente de alguns loucos, se viessem a encontrar algum dia unidas, perante a politica europêa, guardando embora a sua mutua autonomia, e unidas tambem na paz para a permuta dos seus productos com vantagem para ambas ellas; mas sem as phantasias das formulas geradoras das futuras absorpções, como o *zollverein*, a unificação da moeda e dos pesos e medidas, a regulamentação commum dos caminhos de ferro, e outros numeros do programma que uma determinada especie de ibericos sustentam em Hespanha com denodo, tendo descoberto que a melhor fórma de cada individualidade guar-

¹ O jornal *Tarde* de 17 de maio de 1902.

dar a sua integridade é . . . confundil-a com outras n'um grande todo!¹

Se não fossem as tendencias para a absorpção da parte da Hespanha, que tem o sonho secular do arredondamento do seu territorio na peninsula, e se não fosse o grau de atrazo em que se encontram n'aquelle reino, como em Portugal, muitos ramos da actividade social, mais longe eu levaria o meu ideal de approximação, n'um largo plano cujo capitulo fundamental fosse o respeito pela independencia e integridade das duas nacionalidades.

Mas quanto mais amplas e mais despidas de *chauvinismos* exaggerados são as minhas idéas a

¹ O sr. D. Rafael de Labra é um d'esses ibericos :— «Pues hay que acostumbrarse à otra idea, senhores: hay que resignarse, se vale la palabra, à formas más elementales y más inocentes de intelgencia y relacion. Por exemplo, al *Zollverein* hispano-portugués, a la validacion de los titulos academicos y de los fallos judiciales de un país en el otro; à la reglamentacion uniforme de las comunicaciones fluviales, los caminos y las vias ferreas; à la unificacion de la moneda, los pesos y las medidas; à la representacion diplomatica y aun consular común; a la alianza defensiva . . . » (D. R. Labra. *Portugal Contemporaneo*, pag. 78.)

este respeito, e quanto mais insuspeito eu devo ser de não querer a melhor harmonia, confraternisação e união de forças intellectuaes e de trabalho entre os dois paizes, mais me cabe o direito de dizer aos que levantam contra Portugal o pregão da morte:—alto lá! isso não! isso nunca!

E resolvi-me a analysar largamente, miudamente, as opiniões do coronel D. Modesto Navarro por duas razões: primeiro porque é absolutamente necessario responder aos que em Hespanha fazem contra nós uma propaganda de exterminio, baseados em argumentos caducos, que não resistem á mais succinta analyse; e em segundo logar para que, mesmo em Hespanha, as pessoas de auctoridade e de bom criterio, que sabem medir as responsabilidades e as consequencias de propagandas *ad odium* d'aquella natureza, procurem evital-a; porque sem essa propaganda a aproximação e a união entre os dois povos poderão fazer-se n'aquelles termos em que seria conveniente e de vantagem para ambos; com ella não se fará nunca!

Mais de uma vez tenho reproduzido na imprensa e festejado as seguintes palavras do meu querido

amigo e distincto academico hespanhol dr. Sanchez Moguel no seu discurso de recepção do marquez de Ayerbe, meu illustre amigo, na Real Academia de Historia de Madrid:

«Portugal no es un territorio mas ó menos pequeño de la Peninsula, es una Monarquia secular que simboliza su independencia, és una historia grande y gloriosa como la castellana ó la aragonesa; es un pueblo al que, por ser carne de nuestra carne y hueso de nuestros huesos, no podemos considerar inferior en ningun sentido; és, para decirlo de una vez, una nacion como Belgica ú Holanda, con el más justo e concluyente de todos los titulos de vida: que és libre e quiere serlo.

«Respetando essa libertad sin reservas ni distingos, como dignamente hace y hará siempre esta Academia, reconociendo en la casa del vecino la independencia que queremos en la nuestra; renovando la memoria de aquellos gloriosos dias em que portuguezes y españoles pensaban y sentian al unisono, sin mengua de las respectivas autonomias nacionales, y estrechando toda clase de vin-

culos compatibles con ellas, España y Portugal podran viver en fraternal armonia, como la historia nos aconseja y la mutua conveniencia nos impone.»

Estas são palavras de verdade, de bom senso e de justiça.

Este deve ser o lemma dos que desejam, de boa fé, a approximação dos dois povos no campo dos sentimentos e da acção commum para a realização de um ideal futuro.

Este é o meu criterio.

N'esta citação quiz mostrar quão bem sei que das opiniões de D. Modesto Navarro, e de outros que lêem pela mesma cartilha, não podem ser responsáveis todos os hespanhoes; faço mesmo justiça em acreditar que aos poderes publicos de Hespanha, mais do que a ninguem, terá sido desagradavel a manifestação de propositos tão injustos a respeito de Portugal; e a suspensão dos artigos de D. Modesto, na *Revista Tecnica de Infanteria*, são d'isso prova cabal. Quiz pôr em relevo a injustiça da causa, sem nenhum outro intuito que não fosse

o fazer da minha parte o possível para restabelecer a verdade dos factos, accentuar os bons principios, e destruir os argumentos sedícios com que ainda hoje ha em Hespanha quem queira provar a semrazão da existencia de Portugal como nação independente!!

Não é inutil nem superfluo isto. A opinião publica tem muito o habito, entre nós, de adormecer sobre os assumptos que mais a deviam interessar e trazer attenta; é necessario acordal-a de quando em quando. A indifferença é o *mal do somno* moral. Hoje, mais do que nunca, é necessario estar acordado, e bem acordado, porque a Hespanha, livre dos encargos, das perturbações, das despezas e das guerras coloniaes, está n'este momento concentrando, integrando, organizando as suas forças; as lettras, as sciencias, as industrias estão-lhe merecendo particular attenção; a soberba festa da reunião das Academias para receber e saudar o novo rei foi um acto de uma grandeza e de uma significação moral que honra um povo culto; o exercito está sendo objecto de um cuidado grande e intelligente, e com a instruc-

ção que está tendo e o armamento com que está dotado, com a actividade dos seus arsenaes e os persistentes estudos do seu Estado Maior nas fronteiras, representa uma grande força em disponibilidade de que o mais fortuito ensejo pode lançar mão por nós ou contra nós. O que será o dia de amanhã na politica das nações e nas relações dos povos ninguem o pode saber. É necessario estar-se vigilante e álerata, pensarmos muito a serio na nossa organização, principalmente militar, para que a todo o momento possamos ser tambem, vantajosamente, ou contra a Hespanha, se ella fôr contra nós, ou pela Hespanha, se ella fôr conosco. Isto é absolutamente indispensavel.

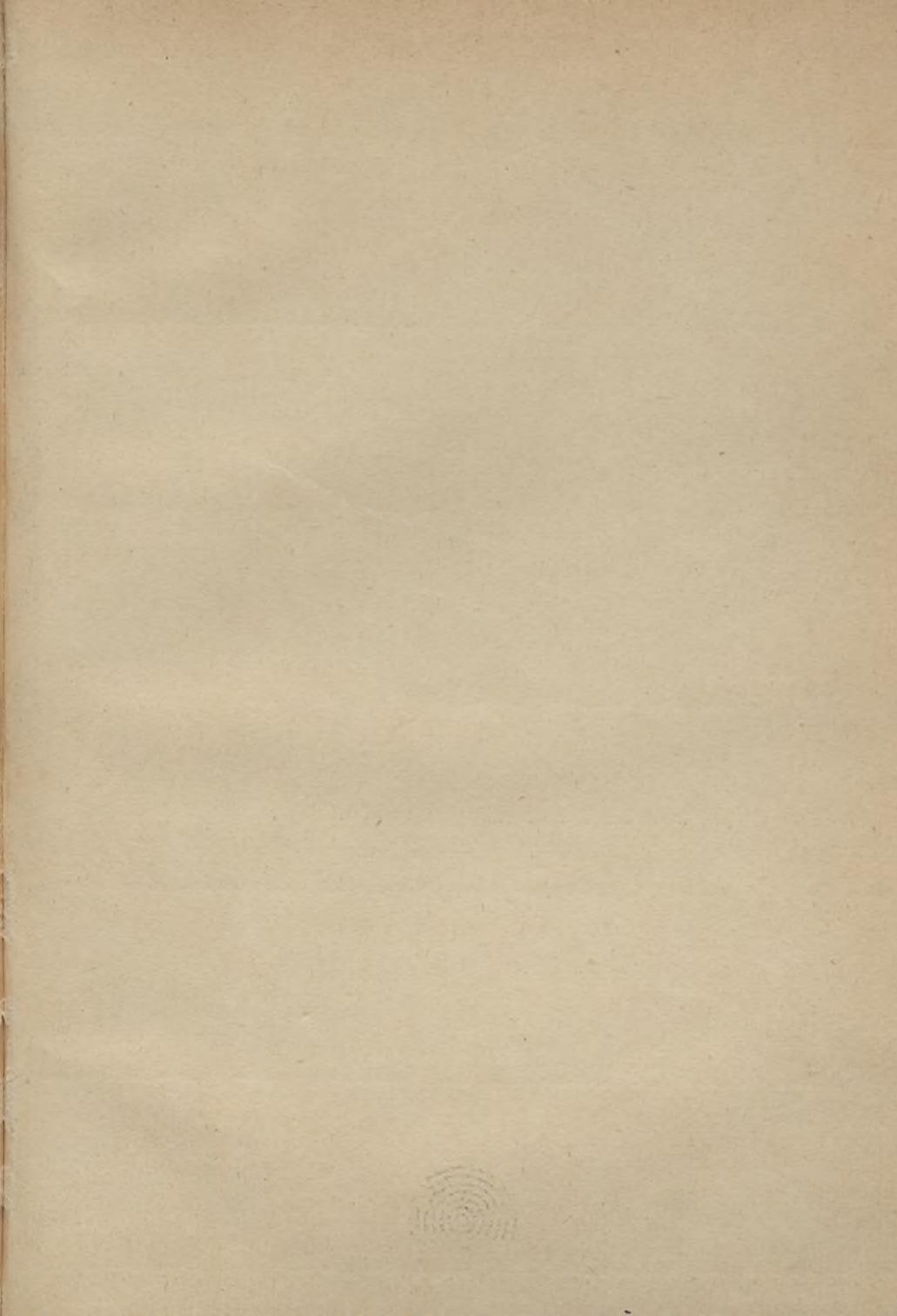
Não tenho a velleidade de imaginar que serei ouvido em Hespanha; mas, se o fosse, estou certo que a minha doutrina obrigaría os que estão de boa fé, e não olham apenas ao seu interesse, a pensar com justiça a respeito de Portugal, cuja acção, cuja historia, cujo character são alli apenas apreciados de alguns pelo seu criterio proprio, elevado e culto, mas pela maioria, infelizmente, só

conhecidos pelas propagandas ignaras ou apaixonadas que se fazem contra nós.

A nação hespanhola é uma nação fidalga; por experiencia propria sabe quanto doe tudo que vae de encontro á integridade da patria; bastará talvez esclarecer a sua consciencia para que ella, postas de parte velleidades de conquista e sentimentos de malquerença, se approxime mais de Portugal e mais o estime e aprecie!

Tal é o meu proposito, e dar-me-hei por feliz se alguma coisa conseguir n'esse sentido.







RÓ
MU
LO



CENTRO CIÊNCIAS
UNIVERSIDADE COIMBRA

1329725302

